

JORNAL



ANO 12 / Nº 44

DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

OCTUBRO 2017



Felicidade, Medo e Depressão

O BRASIL EM TEMPOS SOMBRIOS: O QUE A PSICOLOGIA TEM A DIZER SOBRE ISSO?

Os tempos atuais são marcados pela insegurança e pelo pessimismo que atravessam as subjetividades, produzindo novas modalidades de sofrimento e adoecimento psíquico. Esse panorama convoca a Psicologia, pois gera novas demandas clínicas para a (o) psicóloga (o).



BAIXADA

Reinauguração da Subsele do CRP-RJ na Baixada acontece em Nova Iguaçu
p. 06

EVENTO

11ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia acontece no Rio de Janeiro
p. 08

ENTREVISTA

Paulo Amarante fala sobre o os bastidores do processo de medicalização da depressão
p. 26

SUMÁRIO

EDITORIAL	p. 03
DIA DA (O) PSICÓLOGA (O)	p. 04
BAIXADA	p. 06
11ª MOSTRA	p. 08
TABELA DE HONORÁRIOS	p. 11
SAÚDE SUPLEMENTAR	p. 12
MEMÓRIA DA PSICOLOGIA	p. 15
LEITURA RECOMENDADA	p. 16
CAPA	p. 18
ENTREVISTA PAULO AMARANTE	p. 26
DIVERSIDADE SEXUAL	p. 28
ATENDIMENTO ON-LINE	p. 30
NORTE-NOROESTE FLUMINENSE	p. 32
REGIÃO SERRANA	p. 33
BAIXADA FLUMINENSE	p. 34
PRESTAÇÃO DE CONTAS	p. 35

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca
CEP: 20260-280 - Tel./Fax: (21) 2139-5400

Diretoria Executiva

Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448), Presidente
Roseli Goffman (Crp 05/2499), Vice-Presidente
Achilles Miranda Dias (Crp 05/27415), Tesoureiro
Viviane Siqueira Martins (Crp 05/32170), Secretária

Conselheiros Efetivos

Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Cíntia De Sousa Carvalho (Crp 05/40996)
Juraci Brito Da Silva (Crp 05/28409)
Marília Alvares Lessa (Crp 05/1773)
Patrick Sampaio Braga Alonso (Crp 05/32004)
Paula Land Curi (Crp 05/20409)
Roberto Stern (Crp 05/1700)
Rodrigo Acioli Moura (Crp 05/33761)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
Simone Garcia Da Silva (Crp 05/40084)
Thiago Melicio (Crp 05/35915)

Conselheiros Suplentes

Eliana Olinda Alves (Crp 05/24612)
Evelyn Rebouças De Gouvêa (Crp 05/41205)
Fabiola Foster De Azevedo (Crp 05/42893)
Giovanna Marafon (Crp 05/30781)
Ismael Eduardo Machado Damas (Crp 05/42823)
Janaina Sant'Anna Barros Da Silva (Crp 05/17875)
José Henrique Lobato Vianna (Crp 05/18767)
Juliana Gomes Da Silva (Crp 05/41667)
Maria Da Conceição Nascimento (Crp 05/26929)
Mônica Valéria Afonso Sampaio (Crp 05/44523)
Paula Kwamme Latgé (Crp 05/38749)
Rita De Cássia Louzada (Crp 05/11838)
Saulo Oliveira Dos Santos (Crp 05/31988)

Comissão Editorial

Roseli Goffman (Crp 05/2499)
Alexandre Nabor Mathias França (Crp 05/32345)
Diva Lúcia Gautério Conde (Crp 05/1448)
Rosilene Souza Gomes (Crp 05/10564)
José Novaes (Crp 05/980)

Redação, Edição e Fotos

Felipe Simões, jornalista responsável (MTb 31728/RJ)
Amanda Mesquita (estagiária)

Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: ascom@crprj.org.br

A QUE PSICOLOGIA CLÍNICA NOS REFERIMOS HOJE?

A Psicologia Clínica continua sendo o centro das práticas psicológicas ao longo destes 55 anos de regulamentação da profissão?

Se o olhar for dirigido aos programas de graduação, certamente a resposta será sim. Por vários motivos, e o primeiro deles é a tradição construída a partir de 1950, quando é proposto o primeiro curso de formação em Psicologia na PUC-Rio. Ativa no campo da Educação, na primeira metade do século XX, tendo cumprido papel relevante na formação de professores, nos cursos normais, e, até os anos 60, fortemente marcada pela avaliação psicológica realizada através dos testes, a Psicologia se direcionou para o campo da Saúde na modalidade clínica. O modelo de profissional liberal, já praticado por outras profissões, foi apropriado pela categoria, que passou a ter como ideal profissional o consultório, para os atendimentos sistematizados nas Psicoterapias.

Um outro motivo certamente é a concepção de prática psicológica que tem a população, associando o profissional da Psicologia à escuta “de problemas”. Esta representação social da profissão também é compartilhada pelos estudantes que ingressam nos cursos. Pode-se dizer, então, que a expectativa da grande maioria destes estudantes é ter como prática profissional o exercício da Psicologia Clínica. Na formação, são colocadas as oportunidades de conhecer melhor um ou outro sistema de pensamento psicológico, dependendo do corpo docente e seu alinhamento teórico. Nos últimos anos, surgiram questionamentos por parte de muitos estudantes: “no meu curso só se es-

tuda psicanálise”, “no meu curso não estudei psicoterapia de família”, “no meu curso o forte é a TCC”, entre outros. Estas questões são colocadas na perspectiva da formação para a clínica privada, pois, sem terem sido provocados por outras possibilidades de atuação, seguem o rumo previamente traçado.

Entretanto, se o olhar se volta para as atuais demandas colocadas para as práticas psicológicas, a partir de políticas públicas, a resposta precisa contemplar outros elementos. As demandas colocadas pela inclusão da Psicologia como uma das especialidades oferecidas no SUS, compondo as equipes de todos os equipamentos de Saúde, da Saúde Mental aos postos de saúde, passando por todas as enfermarias dos hospitais gerais; colocadas pelo NASE, compondo as clínicas de família; colocadas pelo SUAS, nas atividades desenvolvidas nos CRAS e CREAS, mas também nos Conselhos Tutelares e nos Centros POP, entre outros equipamentos. O espaço privativo do atendimento psicológico foi deslocado para espaços compartilhados com outros profissionais, enfermarias, calçadas. Honorários foram substituídos por salários. Modalidades de atendimento estão modificadas, registros em múltiplos prontuários desafiam nosso conhecimento. Nestes novos espaços, ouvindo crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, vítimas de agressões, violências, abusos, mulheres vítimas de violência doméstica ou em profundo sofrimento psíquico frente às precárias condições em que vivem, junto às suas famílias; idosos vítimas de abandono familiar, mo-

radores em abrigos de longa permanência; homens e mulheres que perderam empregos, laços afetivos, esperanças, certamente estamos fazendo clínica psicológica.

Mas a que Psicologia Clínica, então, nos referimos hoje? Os sistemas de pensamento psicológico estão dados e as práticas foram, a partir de demandas sociais, ampliadas a princípio com a saída dos consultórios privados. Seria apenas uma mudança de *setting*? Há um intenso chamado à mudança, à produção de conhecimento psicológico que se implique não apenas com estas outras possibilidades de intervenção, mas que colabore com o devir de novos saberes psicológicos. Uma Psicologia que inclua as complexidades das subjetividades que nascem e se desenvolvem em territórios tão diversos como os nossos. Povo múltiplo, com histórias, culturas, sociabilidades tão diferenciadas. Que a Psicologia, em especial a Psicologia Clínica, se enriqueçam a partir das experiências que estamos neste momento recolhendo diretamente no campo. Que a clínica psicológica avance junto com a diversidade social onde vem sendo praticada!





ARQUIVO CRP-RJ

Apresentação de dança do ventre (foto da esq.) e da peça teatral "Os Amoladores de Faca" (abaixo)



ARQUIVO CRP-RJ

CRP-RJ COMEMORA DIA DA (O) PSICÓLOGA (O) COM APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS EM SUA SEDE

27 DE AGOSTO

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro encerrou seu calendário de atividades comemorativas do Dia da (o) Psicóloga (o) com muita arte. Assim foi o evento "Psicologia & Arte na Garagem", promovido no dia 1º de setembro na garagem da sede do CRP-RJ, na Tijuca, reunindo psicólogas (os) e estudantes em um espetáculo que teve recital de poesias, apresentações de dança, peça teatral e muita música.

A festividade foi aberta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), e pela conselheira do Conselho Federal de Psicologia Márcia Badaró (CRP 05/2027). Em seguida, as conselheiras do CRP-RJ e organizadoras do evento Roseli Goffman (CRP 05/2499) e Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667) apresentaram as atrações culturais e artísticas.

Roseli leu uma breve mensagem de parabenização às (os) psicólogas

(os) pelo dia 27 de agosto. "Nosso ofício é uma ação política de empoderamento de vozes que emudeceram", afirmou. "Em tempos de crise, em tempos de golpe, a arte também é resistência, também é libertação", destacou, por sua vez, Juliana.

Dança e poesia

A primeira atração da noite foi a eletrizante apresentação de dança do ventre com figurino clássico da psicóloga Nayara de Souza Gomes, especialista em Psicologia Jurídica. Em seguida, teve início o momento da recitação de poesias. Poemas de autoria própria, que abordam de forma crítica o papel da Psicologia e também de temas universais, como o amor, foram apresentados pela psicóloga Caroline Suarez Parada e pelo coletivo "Poesia no Divã", composto por estudantes de Psicologia da Universidade UNIA-BEU de Belford Roxo.

Espectáculo de dança

A terceira atração da noite foi o impactante espetáculo de dança contemporânea "Ariô", inspirado na monografia "A corporeidade da loucura", da psicóloga Cecília Estella. Os movimentos coreográficos da apresentação abordam o conceito de loucura e mostram como o corpo como um todo apresenta registros desses "enlouquecimento". Partindo do encontro entre a dança, a Psicologia e a fotografia, a proposta do espetáculo é discutir os limites entre o normal e o patológico e o aprisionamento de um corpo em si mesmo.

Apresentação teatral

A atração seguinte foi a apresentação de um fragmento da peça de teatro "Os amoladores de faca". Inspirada no aclamado texto homônimo de Luís Antônio Baptista, essa intervenção teatral tem a pro-

posta de dar visibilidade às bandeiras contra variadas opressões a grupos sociais minorizados que circulam nas práticas cotidianas.

O professor e pesquisador Luís Antônio Baptista, também presente no evento, destacou que, infelizmente, o texto – escrito a partir de um caso público de homofobia que chocou o Brasil na década de 1990, o lamentável esgarçamento de um político nordestino que assumiu publicamente sua homossexualidade – ainda se faz atual diante de nossa conturbada realidade.

Música

Encerrando a comemoração, houve uma apresentação musical da funcionária designer do CRP-RJ Júlia Lugon e da conselheira do CRP-RJ Juliana Gomes, que interpretaram clássicos de Raul Seixas, Elis Regina, Sandra de Sá e do grupo “Mutantes”, entre outros.

Os principais momentos da noite estão disponíveis em nosso canal no Youtube. Basta acessar <www.youtube.com/user/realCRPRJ> e conferir!

Debate sobre autismo lota auditório da sede do CRP-RJ

Parte da agenda de eventos comemorativos do Dia da(o) Psicóloga(o), a Comissão de Saúde do CRP-RJ promoveu, no dia 31 de agosto, a mesa redonda “Autismo(s)”. O debate lotou o auditório da sede do CRP-RJ e teve como palestrantes Nathalia Sabbagh Armony (CRP 05/16477), psicanalista, doutora em Ciências da Saúde pelo IFF/FIOCRUZ e coordenadora do CAPSi CARIM/IPUB/UFRJ,

Espectáculo de dança contemporânea "Ariô"



e Pamela Perez (CRP 05/25126), psicóloga concursada da Prefeitura do Rio de Janeiro, fotógrafa e documentarista. A mediação ficou a cargo de Rita Louzada (CRP 05/11838), conselheira-presidente da Comissão de Saúde do CRP-RJ.

Abrindo o evento, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), conselheira-presidente do CRP-RJ, ressaltou a importância de falar sobre o autismo. “Nós ficamos muito felizes de ver esse auditório sempre cheio, principalmente para pensar e aprender sobre um tema tão relevante para a sociedade brasileira. As pessoas pensam que há uma ‘epidemia’ de autismo e, na verdade, temos que problematizar se essa não era uma questão invisibilizada que agora veio à tona”.

O debate foi transmitido ao-vivo e on-line pelo canal do CRP-RJ no Youtube. Para conferir, basta acessar <www.youtube.com/user/realCRPRJ>.

CRP-RJ presente pelo estado do Rio em comemoração ao Dia da (o) Psicóloga(o)

Para celebrar o Dia da(o) Psicóloga(o) e o aniversário de 55 anos de regulamentação profissional no Brasil, o CRP-RJ promoveu e participou de diversas outras atividades pelo estado do Rio de Janeiro.

Nos dias 29 e 30 de agosto, foram promovidos, no Centro-Sul Fluminense, dois importantes debates sobre a inserção da Psicologia na Assistência Social. No dia 29, ocorreu a roda de conversa

“A atuação do psicólogo no SUAS” no município Engenheiro Paulo de Frontin. Já no dia 30, foi a vez de Mendes receber a roda de conversa “Desmembrando novos caminhos – A Psicologia no SUAS”. Ambos os eventos foram organizados pela Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização (CIRD) e pela Comissão de Assistência Social do CRP-RJ.

No dia 2 de setembro, o Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro promoveu, com apoio da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada, a apresentação do monólogo “Marx baixou em mim”. O espetáculo teatral foi apresentado no auditório da Subsede do CRP-RJ em Nova Iguaçu.

Ainda em comemoração ao dia 27 de agosto, o CRP-RJ foi convidado a participar de diversos eventos pelo estado do Rio em universidades e espaços institucionais como a Cruz Vermelha, o Instituto Fernandes Figueira e a Corregedoria Geral de Justiça.

A cobertura completa de todas as atividades relacionadas ao Dia da(o) Psicóloga(o) está disponível em nosso site pelo link <www.crp.rj.org.br/site/category/dia-do-psi/>. Confira! ●



ARQUIVO CRP-RJ

SUBSEDE DO CRP-RJ NA BAIXADA É REINAUGURADA COM COMEMORAÇÃO AO DIA DA (O) PSICÓLOGA (O)

SUBSEDE BAIXADA AGORA APRESENTA CONDIÇÕES DE ACES-SIBILIDADE E OFERECE MAIOR CONFORTO NO ATENDIMENTO ÀS (OS) PSICÓLOGAS (OS) DA REGIÃO.

Com participação de mais de 90 pessoas, entre psicólogas (os), estudantes, coordenadores de curso de Psicologia e representantes de movimentos sociais e sindicais, aconteceu, em 29 de agosto em Nova Iguaçu, a festividade de reinauguração da Subsede da Baixada Fluminense.

O III Seminário em Comemoração ao Dia da (o) Psicóloga (o), com tema “A construção da Psicologia no Brasil nos 55 anos”, marcou oficialmente o retorno das atividades do CRP-RJ à casa da Subsede Baixada, que passou, entre abril de 2016 e junho deste ano, por obras de melhoria de sua infraestrutura predial (veja mais na página ao lado).

A conselheira-presidente da Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada, Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523), deu início ao evento apresentando as (os) demais membros da Comissão: a conselheira Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) e as colaboradoras Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408), Rogéria Thompson (CRP 05/52415) e Flávia Sena (CRP 05/52348).

Mônica apresentou também os conselheiros do CRP-RJ que estavam prestigiando o evento: Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), presidente do CRP-RJ, Roberto Stern

(CRP 05/1700), Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667) e José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767). Também esteve presente José Novaes (CRP 05/980), presidente do CRP-RJ entre 2013 e 2016, quando foi planejada e iniciada a obra da subsede.

Abertura

A mesa de abertura foi composta pela conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Conde, pela conselheira-coordenadora da Comissão Gestora da Baixada, Mônica Sampaio, pelo presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), e pelo representante dos movimentos sociais na Baixada, José Roberto Martins.

“Estamos inteiramente felizes em reinaugar a Subsede Baixada, que foi reformada a partir de um projeto elaborado com toda a atenção e o cuidado que a subsede e os profissionais da região requerem”, afirmou Diva.

“A Subsede Baixada abarca os 13 municípios da região e recebe cerca de três mil psicólogas (os) e estudantes anualmente”, explicou Mônica. “O CRP-RJ é nosso. Esse espaço é para estarmos sempre jun-

tos construindo a Psicologia que praticamos diariamente”.

A cerimônia de reinauguração contou com a exibição de um breve vídeo, editado pela psicóloga colaboradora do CRP-RJ Edith Andrade (CRP 05/49017), resgatando a história da fundação da Subsede, em 1994, e exibindo fotos da sua evolução até a obra de 2017.

Outros pontos altos da noite foram declamações de poesia do “Coletivo no Divã”, composto por estudantes de Psicologia da UNIABEU de Belford Roxo, e a concessão de homenagens a profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia na região.

Mesa de debate

A última atividade do evento foi a mesa “A construção da Psicologia no Brasil nos 55 anos”. Mediado pela conselheira Viviane Martins, o debate teve falas de Fabiane Vieira (CRP 05/28527), psicóloga clínica, especialista em Clínica Psicanalítica e pesquisadora em laicidade, liberdade religiosa, gênero e relações étnico-raciais, e Celso de Moraes Vergne (CRP 05/27753), doutor em Psicologia Clínica e assessor de Participa-





Comissão Gestora da Baixada (foto à esq.) e público presente (foto acima) durante reinauguração da Subsede do CRP-RJ na Baixada

ção Social e Equidade da Secretaria de Estado de Saúde.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/subse-de-do-crp-rj-na-baixada-e-reinau-gurada-com-evento-em-comemo-racao-ao-dia-da-o-psicologa-o/>.

SUBSEDE BAIXADA DE CARA NOVA

A Subsede do CRP-RJ na Baixada (localizada em Nova Iguaçu) passou, entre abril de 2016 e junho deste ano, por obras de melhoria em sua infraestrutura a fim de garantir acessibilidade e melhores condições de atendimento e acolhimento às (os) psicólogas (os) da região.

Durante o período de obras, foi feito um reforço estrutural na casa e também o *retrofit* de toda a sua edificação interna, isto é, modernização no sistema de refrigeração, recuperação das instalações elétrica e hidráulica, troca de pisos e portas, pintura de paredes e tetos, entre outras melhorias.



ANTES

DEPOIS

Além disso, a fachada da Subsede também foi inteiramente modificada e modernizada. O auditório, localizado no 2º andar, foi reformado e climatizado, possibilitando maior espaço e conforto às (os) profissionais e estudantes.

A partir de agora, a Subsede garante condições de acessibilidade às (aos) psicólogas (os) que possuam algum tipo de necessidade especial. Além de uma rampa de acesso e dois banheiros adaptados para cadeirantes (um no 1º andar e outro no 2º, ao lado do auditório), foi construída também uma elevatória para que essas (es) profissionais possam che-

gar ao auditório sem precisar subir as escadas.

Vale destacar que, durante o período de obras, a Subsede Baixada não interrompeu o atendimento à categoria, tendo funcionado provisoriamente em uma sala cedida pela Cruz Vermelha de Nova Iguaçu e, mais tarde, em uma sala comercial no Centro de Nova Iguaçu.

A Subsede Baixada, localizada na Rua Sebastião Herculano de Mattos, nº 41 – Centro de Nova Iguaçu (próximo à estação de trem de Nova Iguaçu), funciona de 2ª a 6ª, das 9h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. ●

MOSTRA REGIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA: UM COMPROMISSO DO CRP-RJ COM A VALORIZAÇÃO DA PSICOLOGIA



11ª MOSTRA

A 11ª EDIÇÃO DO EVENTO REUNIU MAIS DE 700 PARTICIPANTES E TEVE NÚMERO RECORDE DE TRABALHOS INSCRITOS.

A Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada anualmente pelo CRP-RJ desde 2007, chegou a sua 11ª edição este ano consolidando-se como um espaço potente de debates, encontros e trocas de experiências entre psicólogas (os) e estudantes. O evento, que aconteceu entre 19 e 21 de julho na Universidade Veiga de Almeida da Tijuca, reuniu mais de 700 participantes e teve número recorde de trabalhos inscritos: ao todo, foram 340 trabalhos apresentados, 291 no formato “Apresentação Oral” e outros 49 como “Exposição de Pôster”.

O Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI) mar-

cou presença não apenas na mesa de abertura, mas também apresentando trabalhos e organizando um stand em que um representante do SINDPSI ficava à disposição do público circulante para esclarecer dúvidas sobre a atuação sindical em prol da categoria de trabalhadoras (es) psi.

Noite de abertura

Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), conselheira-coordenadora da Comissão Organizadora do evento, exaltou a diversidade de discussões e conhecimentos que o evento proporcionou desde 2007. “Ao longo de todas essas edições, reforçamos um

compromisso com os psicólogos e estudantes de abrir este espaço de discussão, de conhecimento e de construção de redes”.

Em seguida, a mesa de abertura institucional teve participação da conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), do presidente do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, Marinaldo Santos Silva (CRP 05/5057), e do membro da diretoria do Conselho Federal de Psicologia Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077).

“Esse é um compromisso de valorização da Psicologia. É uma conquista muito grande ter esse espaço para apresentar os trabalhos que são resultados de pesquisas e de vi-



*Pág. anterior: mesa de abertura com Marinaldo, Diva e Pedro Paulo (da esq. para dir.)
Nesta pág.: mesas de debate e apresentações de trabalho movimentaram a 11ª Mostra*

vências profissionais. É um compromisso do CRP-RJ promover e garantir esse espaço de troca e de construção de conhecimento crítico”, afirmou Diva Conde.

“Nós, que somos quase 300 mil psicólogos no Brasil, temos que reforçar esses espaços de construção de conhecimento, pois são eles que nos ajudam a pensar de que maneira podemos construir novas formas de atuação”, ponderou Pedro Paulo.

Em seguida, teve início a aguardada conferência do psicanalista e professor da UERJ Luciano Elia, “As práticas em Psicologia em tempos neoliberais”, que versou sobre a atual conjuntura social, econômica e política no Brasil e no mundo e como isso afeta a prática da Psicologia.

Segundo dia

No segundo dia do evento, além da apresentação de trabalhos em diversos formatos, houve duas importantes mesas de debates. Na parte da manhã, a mesa “Mulheres psicólogas: diversidade e resistência” lotou o auditório com mediação da psicóloga Cíntia de Sousa Carvalho (CRP 05/40996).

As palestrantes foram Maria Luiza Rovaris (CRP 05/47085), psicóloga atuante nas áreas Clínica e Social, Márcia Badaró (CRP 05/2027), psicóloga aposentada da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e conselheira do CFP, e Maiara Fafini (CRP 05/43721), travesti e psicóloga colaboradora do CRP-RJ.

Encerrando o dia, aconteceu a mesa “Visões do Inconsciente”, mediada

pelo conselheiro do CRP-RJ Roberto Stern (CRP 05/1700). Os palestrantes foram Elizabeth Medeiros Pacheco (CRP 05/9169), psicanalista e professora da UFF de Campos dos Goytacazes, Adna Rabelo (CRP 05/48233), psicóloga, mestre em Psicologia e doutora em Educação, e Leonardo Miranda, mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise e professor do CAP UERJ.

Último dia

Além das apresentações de trabalhos em diversos formatos, o último dia do evento teve, na parte da manhã, a mesa “Felicidade e Adoecimento”, com participação de Rossano Cabral Lima, psiquiatra e professor da UERJ, Ana Paula Lopes (CRP 05/50805), professora do Departamento de Psicologia do Trabalho da UFF, e Fernanda Pimentel, psicanalista e professora do curso de Pós-Graduação em Psicanálise e Cultura da Universidade Celso Lisboa. O debate foi mediado pelo conselheiro do CRP-RJ Thiago Melício (CRP 05/35915).

A última atração da 11ª Mostra foi a conferência do psicólogo e conselheiro do CFP Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077) com tema “A prática profissional da (o) psicóloga (o) nos 55 anos de profissão regulamentada no Brasil”.

Cobertura completa

A cobertura completa de todas as conferências e mesas de debate e também do lançamento de livros na noite de abertura está disponível em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/mostra/>.

Transmissão on-line

Todas as conferências e mesas de debate foram transmitidas ao vivo e on-line pelo canal do CRP-RJ no YouTube. Você pode assisti-las a qualquer momento acessando <www.youtube.com/user/realCRPRJ/>.

CADERNOS DOS PRÊMIOS MARGARETE PAIVA E BEATRIZ SÁ LEITÃO SÃO LANÇADOS DURANTE A 11ª MOSTRA

Ainda durante a 11ª Mostra, foi lançado o caderno contendo os trabalhos premiados no IX Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira e II Prêmio Maria Beatriz Sá Leitão. Um exemplar do caderno foi distribuído gratuitamente a cada participante no credenciamento ao evento.

Promovidas pelo CRP-RJ em 2016, as premiações têm o objetivo de dar visibilidade a práticas e experiências inovadoras de psicólogas (os) e estudantes no campo das Políticas Públicas e da defesa dos Direitos Humanos, prestando também homenagem a duas combativas psicólogas, Margarete de Paiva e Maria Beatriz Sá Leitão, falecidas em 2006 e 2009, respectivamente.

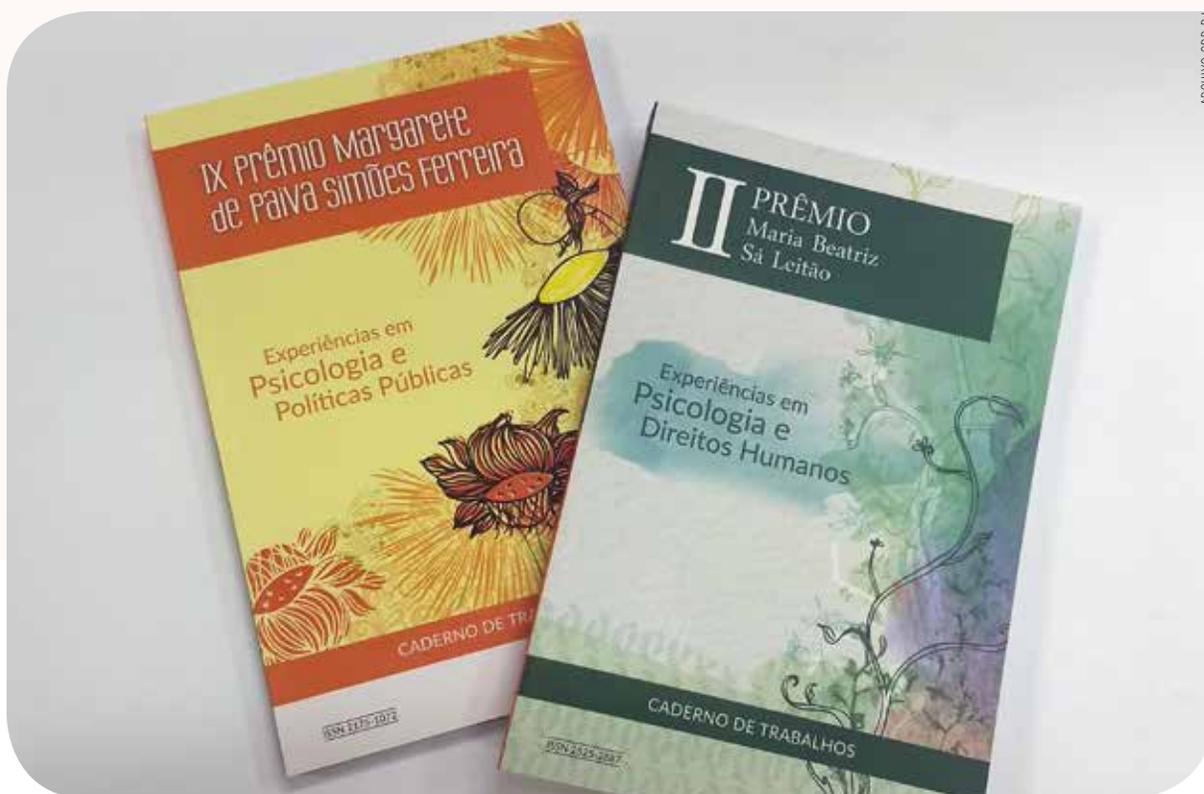
No caderno do 9º Prêmio Margarete – “Experiências em Psicologia e Políticas Públicas”, há os trabalhos premiados nas categorias Profissional (1º e 2º lugar) e Estudante (1º colocado). Entre os estudantes, o trabalho vencedor foi “Reforma Psiquiátrica brasileira e retrocessos: uma revisão bibliográfica qualitativa da atual conjuntura da Saúde Mental no Brasil”, de Danúbiah Pereira.

Na categoria Profissional, os vencedores foram Rafael Reis da Luz, 1º colocado com o trabalho “Uma transadentra o Fórum: as regulações de gênero no Judiciário e o papel da Psicologia”, e Luiza Teles Mascarenhas, 2ª colocada com o trabalho “Intercossões entre Psicologia e Edu-

cação na formação de professores”.

No caderno do 2º Prêmio Maria Beatriz – “Experiências em Psicologia e Direitos Humanos”, estão os trabalhos dos autores premiados em 1º e 2º lugar na categoria Profissional. “Direitos Humanos e Psicologia: sobre cascas, feridas e lampejos” foi o título do trabalho de Mariana Tavares Ferreira, 1ª colocada. O 2º lugar ficou com o trabalho “A tortura no teatro dos castigos: do palco à coxia”, de Ana Cláudia Camuri.

Ambas as publicações estão disponíveis para download e visualização gratuitos no site do CRP-RJ pelo link <www.crpjrj.org.br/site/category/livro/>. ●



CFP E FENAPSI PUBLICAM NOVAS TABELAS DE REFERÊNCIA DE HONORÁRIOS DA PSICOLOGIA

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) divulgaram, no começo de agosto, duas tabelas de referência para os valores dos honorários relativos aos serviços prestados pelas (os) psicólogas (os) autônomas (os).

As novas tabelas de honorários foram elaboradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a partir de metodologias diferentes. A primeira foi elaborada a partir da média dos honorários praticados em 2016 e a segunda, a partir da atualização monetária pelo INPC-IBGE entre 2003 e 2016.

A Tabela 1, “Valores médios de honorários cobrados por psicólogas (os) autônomas (os)”, buscou captar os preços em vigor no mercado mediante levantamento dos honorários cobrados por profissionais da Psicologia para prestação de serviços no ano de 2016. A amostra probabilística foi composta por 2.782 psicólogas (os), das quais 1.246 foram efetivamente entrevistadas (os).

A Tabela 2, “Valores de referência nacional de honorários de psicólogas (os)”, é resultado da atualização do INPC-IBGE sobre os dados da tabela de referência do CFP que vigoravam desde 2003. Para isso, adotou-se como procedimento a aplicação, sobre os valores iniciais, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2003 e 2016.

Os resultados apresentados nas duas tabelas são distintos porque os propósitos das pesquisas eram diferentes. A primeira tinha como meta mensurar os preços atualmente praticados e a segunda, os que estariam em vigor caso os valores estipulados em 2003 tivessem tido comportamento idêntico aos da média de produtos e serviços no Brasil entre 2003 e 2016, sem considerar qualquer outro fator de influência sobre o mercado.

Os valores de 2003 atualizados pelo INPC-IBGE são, no geral, superiores aos captados pela pesquisa realizada em 2016. Isso revela que, no perí-

odo em questão, houve um arrocho expressivo dos honorários praticados.

A utilização de um ou de outro indicador como parâmetro para a elaboração de uma tabela de referência dos honorários deve ser orientada pelos objetivos que se quer atingir. Se o propósito for obedecer ao patamar em que estão os valores atualmente praticados, devem ser tomados os resultados da pesquisa de campo retratada pela Tabela 1; mas, se a proposta for recuperar os valores que vigoravam em 2003, devem ser considerados os que constam na Tabela 2.

As novas tabelas de honorários estão disponíveis para download e visualização na seção “Orientação Profissional” de nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/orientacao-profissional/>.

Com informações do site do Conselho Federal de Psicologia

AVISO DE PENALIDADE - SUSPENSÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL DE PSICÓLOGO

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, dando cumprimento à decisão definitiva apurada no Processo Disciplinar Ético nº 865/05, onde figuram como representantes a Srª Nilta Teixeira de Freitas e o Sr. Marcelo de Oliveira Pimentel, informa a SUSPENSÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL do psicólogo GILBERTO FERNANDES DA SILVA, inscrição nº. CRP 05/26847, pelo período de 03 de outubro a 01 de novembro de 2017, pelo descumprimento ao Artigo 1º alínea “a”; Artigo 2º alíneas “a”, “g”, do Código de Ética Profissional do Psicólogo - Resolução CFP nº. 010/2005.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2017,

Diva Lúcia Gautério Conde – CRP 05/1448, Presidente do Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região

PSICOLOGIA E PLANO DE SAÚDE: REPRESENTANTE DO CFP NA ANS FALA SOBRE O ATUAL QUADRO DA SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL

O JORNAL DO CRP-RJ CONVERSOU COM O PSICÓLOGO ALEXANDRE TRZAN SOBRE A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NESSE CAMPO.

Cerca de 47 milhões. Esse é o número estimado de brasileiras (os) que possuem atualmente algum tipo de plano de saúde. Esse dado já nos dá uma dimensão da importância da Saúde Suplementar para a Psicologia, já que o primeiro contato de muitas (os) brasileiras (os) com os serviços da (o) psicóloga (o) normalmente se dá por meio desse campo.

A Saúde Suplementar, porém, abrange um campo conflituoso, pois a demanda dos usuários por uma assistência à saúde de qualidade esbarra em um obstáculo: a lógica capitalista de maximização dos lucros que move as operadoras de saúde. No centro dessa trincheira, as (os) psicólogas (os) são diretamente afetadas (os).

Para falar um pouco mais a respeito, o **Jornal do CRP-RJ** conversou com o psicólogo Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), representante do Conselho Federal de Psicologia na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

De modo geral, qual é a atual situação da (o) psicóloga (o) na Saúde Suplementar?

O psicólogo que presta serviço às operadoras de saúde no Brasil en-

contra uma série de desafios. Se, por um lado, é um campo de atuação em crescimento que possibilita a inserção ou permanência no mercado de trabalho, por outro, temos os baixos valores dos honorários, a subordinação ao saber médico expresso pelos diagnósticos do CID-10 [Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde], entre outras questões.

A Justiça Federal determinou recentemente que os planos de saúde em todo o Brasil disponibilizem número ilimitado de sessões de psicoterapia. Qual o impacto dessa decisão sobre a prática da Psicologia?

Há uma pressão das operadoras de saúde junto à ANS para que o número de sessões por ano de contrato seja sempre restringido. Vale frisar que o limite do número de sessões de psicoterapia até a ação do MPF era de 18 sessões ao ano e, até pouco tempo atrás, eram 11 apenas. Coube à justiça apontar como irreal uma expectativa de que as operadoras de saúde, pautadas pelo lucro, possam oferecer algo acima do estipulado



pela ANS. Na prática, o que podemos observar é quase uma ineficácia da ANS perante as necessidades da população e a justa mediação entre prestadores de serviço e as operadoras de saúde.

Essa decisão retira a obrigatoriedade do encaminhamento médico?

Não, a necessidade do encaminhamento médico continua para que os profissionais psicólogos possam realizar seus atendimentos, assim como fica mantida a lógica médica do uso de diagnósticos do CID-10. Para que essa necessidade possa ser desfeita, cabe uma mobilização junto ao Congresso Nacional para que um projeto de lei altere a legislação em vigor e retire a necessidade do encaminhamento médico na Saúde Suplementar.

Você é o atual representante do CFP na ANS. Qual a agenda da Psicologia para o setor?

Nos espaços oferecidos pela ANS para o debate sobre a Saúde Suplementar, a participação do CFP é fundamental para marcar posição afirmativa sobre a importância da prática do



ARQUIVO CRP-RJ

psicólogo para a sociedade. A minha participação nessas reuniões nos últimos anos possibilitou que a Psicologia fosse referenciada nas falas. Hoje, a Psicologia tem representatividade. Desta forma, avanços referentes ao indicativo do número de sessões, condições contratuais e procedimentos oferecidos e remunerados podem ser obtidos, embora haja ainda muito a se fazer. A ANS afirma não ser de sua competência a mediação ou debate sobre o valor dos honorários, o qual, segundo a Agência, cabe às operadoras, profissionais e seus respectivos sindicatos.

O que é o Fator de Qualidade da ANS e o que isso tem a ver com a prática da (o) psicóloga (o) nesse campo?

Isso é parte de uma iniciativa da ANS para avaliação da qualidade dos serviços prestados. Ele visa estabelecer critérios de avaliação que possam medir a qualidade dos serviços oferecidos por prestadores, hospitais ou clínicas. Entretanto, avaliar qualidade em saúde é um tema complexo. Eu sempre questiono o que seria qualidade em psicoterapia: seriam crianças adaptadas aos processos de ensino em suas escolas, pais satisfeitos com seus trabalhos, jovens adequados ao que a sociedade espera deles? Não deveria ser esse, a meu ver, o papel da Psicologia. Se clientes meus se suicidam, significa que sou um péssimo psicoterapeuta? Hoje, critérios de formação e educação continuada são os mais utilizados, mesmo sendo evidente que esses não são garantidores de qualidade da prática profissional.

O CRP-RJ tem recebido queixas de pacientes sobre psicólogas (os) que fazem distinção na duração do

atendimento a pacientes conveniados e a pacientes não conveniados. Existe alguma norma da ANS que permite essa prática?

Ao longo desses seis anos acompanhando e debatendo a atuação de psicólogos na Saúde Suplementar, pude constatar que as operadoras de saúde inicialmente reclamavam e puniam os profissionais que realizassem atendimentos inferiores a 30 ou 40 minutos. Porém, hoje em dia, elas sinalizam aos psicólogos que o atendimento seja de até 30 minutos. Essa é uma prática que visa simplesmente permitir que o profissional atenda mais pessoas por dia, dando vazão aos atendimentos solicitados pelos clientes dos planos. Contudo, vale frisar que a Resolução do CFP nº 010/2000 especifica e qualifica a psicoterapia como prática do psicólogo e, apesar de não normatizar o tempo de duração dos atendimentos clínicos, alerta para que as práticas e técnicas adotadas garantam a qualidade dos serviços prestados, cabendo ao profissional assegurar essa qualidade independentemente do valor acordado. A redução do tempo de atendimento não pode ser justificado pela baixa remuneração.

COMO É O DIA A DIA DE UM PSICÓLOGO QUE ATENDE POR PLANO DE SAÚDE?

Para conhecer mais de perto o cotidiano de um profissional que atende por plano de saúde, o Jornal do CRP-RJ conversou com uma psicóloga – que preferiu não se identificar – que já atuou em uma clínica atendendo usuários de planos de saúde.

“Eu atuava em uma clínica que tinha convênios de saúde. A clínica era referência de atendimento psicológico na região e a demanda de pacientes era sempre grande. O profissional poderia atuar livremente de acordo com a agenda e disponibilidade das salas”, explicou.

Conforme contou ao **Jornal do CRP-RJ**, a psicóloga considera que atuar

em clínicas conveniadas a planos de saúde é mais fácil, em um primeiro momento, do que obter um credenciamento próprio por conta da burocracia exigida pela operadora de plano de saúde. Porém, ainda assim, ela diz que é preciso arcar com todas as despesas referentes à obtenção do alvará e da licença junto à Vigilância Sanitária, além de se responsabilizar pela

manutenção da sala e pelo próprio material de trabalho, pois cabe à clínica apenas a cessão do espaço físico para o atendimento.

Segundo ela, havia uma pressão sobre as (os) profissionais para que realizassem o maior número possível de atendimentos ao dia. Para tanto, os atendimentos eram realizados em até 30 minutos, sem intervalos entre as sessões, uma rotina que exaustava as (os) psicólogas (os). Além disso, o tempo de atendimento, conforme relatou, mostrava-se insuficiente, especialmente para casos de pacientes em crise.

A psicóloga apontou ainda outro problema recorrente enfrentado por todas (os) as (os) profissionais que atendem usuários de planos de saúde: o atraso e a demora nos repasses dos honorários referentes aos aten-

dimentos realizados. “Quando se inicia na clínica, os psicólogos são informados que o repasse do dinheiro dos planos de saúde acontece apenas três meses após a consulta realizada. Esta situação é bastante complicada porque temos de arcar com todos os custos de transporte e alimentação, materiais para atendimento, além da manutenção de toda a documentação em dia”, destacou.

Para a psicóloga, houve um avanço importante com a determinação da Justiça Federal de que as operadoras de saúde disponibilizem número ilimitado de sessões de psicoterapia para seus usuários. Porém, é preciso que haja mais mudanças, principalmente quanto à obrigatoriedade do encaminhamento médico prévio, conforme diagnósticos previstos no CID-10.

“Lembro-me de um caso específico de um paciente em cuja guia do plano de saúde constava um CID de uma doença mental que, ao longo dos atendimentos, não correspondia de forma alguma com a minha percepção acerca do paciente. Resolvi perguntar a ele a respeito e o mesmo respondeu que aquele CID foi combinado com o médico, pois, se não fosse assim, ele não teria direito a um número maior de sessões por ano”, revelou.

Por fim, a psicóloga apontou um ponto positivo da experiência de atuação em clínicas que aceitam convênios com planos de saúde. “Depois que o profissional se desliga dos convênios, alguns pacientes, mesmo conveniados, acabam buscando atendimento particular para dar continuidade ao tratamento. Este é um lado positivo”, ponderou. ●

ESPAÇO ORIENTAÇÃO

PSICÓLOGA (O) PODE FAZER DISTINÇÃO NO TEMPO DE ATENDIMENTO PRESTADO A PACIENTES CONVENIADOS A PLANOS DE SAÚDE?

A (o) psicóloga (o) deve garantir a qualidade técnica, ética e ambiental do serviço prestado, independentemente da sua área de atuação, da natureza da atividade desenvolvida e/ou do seu vínculo de trabalho (clínica privada, instituição pública ou privada, voluntariado, atendimento social, entre outros).

Por isso, é considerado infração ética fazer distinção no tempo, na frequência e/ou na agenda de atendimento entre pacientes conveniados ou não a planos de saúde ou em função do valor recebido pela prestação do serviço psicológico.

É importante lembrar que a duração do atendimento psicológico não é especificada pelo Código de Ética nem pelas resoluções do CFP, tendo a (o) psicóloga (o) autonomia para defini-la segundo a abordagem metodológica adotada e demais critérios técnicos que julgar pertinentes. Contudo, não pode haver diferenciação na qualidade nem no tempo do atendimento psicológico em função do valor recebido pela prestação do serviço.

Para mais informações a respeito, consulte o Código de Ética Profissional da (o) Psicóloga (o) nos seguintes trechos: Princípio Fundamental 1 e 2, Alíneas C e E do Artigo 1º, Alínea A do Artigo 2º e Alínea C do Artigo 4º.

Em caso de dúvidas, entre em contato com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ pelo e-mail cof@crprj.org.br. Outras orientações técnicas relacionadas ao exercício da Psicologia estão disponíveis em nosso site na seção ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: <www.crprj.org.br/site/orientacao-profissional/>. ●

IMPORTÂNCIA DO ISOP E DE MIRA Y LOPEZ PARA A PSICOLOGIA É DEBATIDA NO RIO



Familiares de Mira y Lopez (à esq.) e José Novaes no descerramento de foto comemorativa dos 70 anos do ISOP

No mês em que se comemoraram os 55 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, o CRP-RJ, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Clio-Psyqué/UERJ, organizou, no dia 23 de agosto, o Seminário “ISOP: Pioneiro da Psicologia”. O evento aconteceu na Rua da Candelária, nº6, no Centro do Rio, mesmo local onde o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), fundado em 1947 pelo psiquiatra cubano-espanhol Emilio Mira y Lopez, funcionou até a data de seu fechamento, em 1990. Tanto o ISOP quanto seu fundador desempenharam papel de destaque no desenvolvimento e na regulamentação da Psicologia no Brasil.

A mesa de abertura teve participação da coordenadora do Centro de Documentação da FGV, Suely Braga, da conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), da professora-coordenadora do Laboratório Clio-Psyqué/UERJ, Ana Jacó (CRP 05/661), da presidente da Associação Brasileira de Psicologia Aplicada (ABRAPA), Dina Frutoso (CRP 05/587), da primeira presidente do CRP-RJ, Therezinha Lins de Albuquerque (CRP 05/003), e do filho de Mira y Lopez, Emilio Mira y Lopez Filho.

A seguir, a conferência de abertura da professora Ana Jacó apresentou a biografia de Mira y Lopez e destacou a sua importância para o desenvolvimento e a consolidação da Psicologia no Brasil. Após a conferência,

foi prestada homenagem a José Novaes (CRP 05/980), representando todos os funcionários que atuaram no ISOP. Novaes trabalhou no ISOP entre 1965 e 1983.

Encerrando a parte da manhã, aconteceu o debate “As contribuições do ISOP para a Psicologia do Trabalho”, com participação do psicólogo e professor da UFRJ Marcos Jardim (CRP 05/084).

A mesa seguinte debateu “As contribuições do ISOP para a Psicologia da Educação”. Mediada pela conselheira do CRP-RJ Giovanna Marafon (CRP 05/30781), a mesa teve falas de Diva Conde, presidente do CRP-RJ, e Leila Machado Dupret (CRP 05/4117), psicóloga e professora da UFRRJ.

Após a apresentação do Grupo Musical POÃ – que tocou clássicos da MPB –, teve início a mesa redonda “As contribuições do ISOP para a Psicologia do Esporte”, com a presença da psicóloga da Marinha Adriana Amaral do Espírito Santo (CRP 05/31762) e do psicólogo Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), conselheiro do CRP-RJ e presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Esporte. A mediação ficou a cargo de Cecília Guimarães Mira y Lopes (CRP 05/42030), psicóloga e neta de Emilio Mira y Lopes.

Encerrando o evento, foi exibida uma versão reduzida do vídeo “PMK”, produzido por Carlos de Vasconcellos, em 1962, no qual são exibidas cenas com instruções de como aplicar esse importante teste de personalidade criado por Mira y Lopez na década de 1940.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link www.crprj.org.br/site/category/dia-do-psi/.

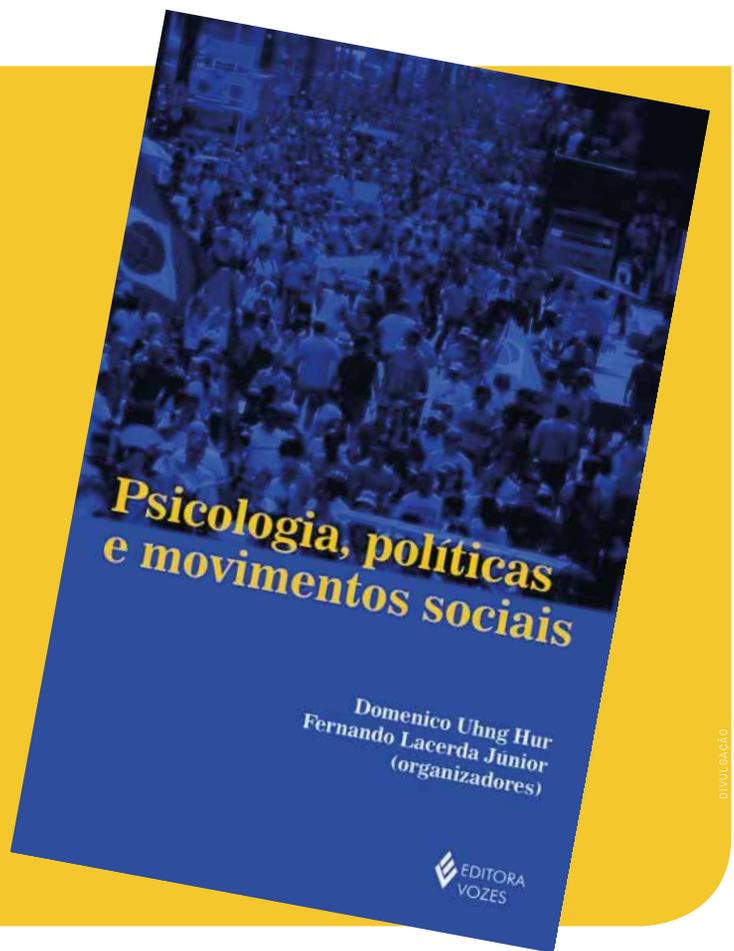
Quem foi Mira y Lopez?

Emilio Mira y López foi um psiquiatra cubano-espanhol que se instalou no Brasil na década de 1940, criando o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento da Psicologia em nosso país, especialmente nos campos do trabalho, educação e esportes.

Mira também foi o criador do PMK (Psicodiagnóstico Miocinético), um teste psicológico de personalidade, ainda hoje utilizado, aplicado na seleção do corpo diplomático do Itamaraty, de motoristas para prevenção de acidentes na década de 1950 e na seleção brasileira de futebol das Copas de 1958 e 1962. ●

RESENHA DO LIVRO PSICOLOGIA, POLÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

POR JOSÉ NOVAES
(CRP 05/980)
PSICÓLOGO E COLABORADOR
DO CRP-RJ



No Prefácio, curto, porém substancial, Elias Rodolfo Parisi diz ser uma obra “que analisa uma forma decisiva de uma manifestação política, os movimentos sociais” (p.7), e o fazem da perspectiva da Psicologia Política, no momento histórico e político do início do século XXI. Acentua que o livro “demonstra compromisso ético-político”, desmascarando a suposta neutralidade da Psicologia, pois especificamente o campo da Psicologia Política evidencia que não existem “disciplinas assépticas”. O livro não fica apenas na denúncia e na crítica: “contribui com novas bases conceituais e propostas de análise”, reafirmando a “necessidade de transformar a realidade para fazer do mundo um lugar com justiça” (p.8).

Na “Apresentação”, os organizadores da obra historicam as lutas sociais que tomaram as ruas das cidades do Brasil nos últimos anos, com ênfase nos episódios de 2013,

"A obra está dividida em duas partes: a primeira aborda diretamente os movimentos sociais; na segunda, os movimentos sociais são abordados sob a ótica da Psicologia".

e a repressão que sobre eles se abateu, com intensificação da violência dos aparelhos do Estado, o que, muito curiosamente, não ocorreu nas manifestações pelo “impeachment” (pág. 11/12/13).

Traçam também um breve histórico, apoiado numa conceituação dos “movimentos sociais”, e se referem ao “caráter diferenciado” dos mesmos que se construiu com as lutas de 1968, na França e em outros países; ou seja, o fato de que as reivindicações não se limitaram ao “âmbito material” – a luta pela terra, por melhores condições de trabalho, ou mesmo pela tomada do poder do Estado – mas também se ampliaram para o “âmbito imaterial”, que se refere às formas de ser da subjetivação, às esferas desejantes e de expressão. Uma das consequências destas lutas foi o aparecimento de uma “enorme gama de novos movimentos e atos sociais, como os étnico-raciais, de gênero, artísticos, de juventude, etc” (p.15).

A obra está dividida em duas partes: a primeira aborda diretamente os movimentos sociais; na segunda, os movimentos sociais são abordados sob a ótica da Psicologia. O primeiro artigo da primeira parte “O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos movimentos sociais”, de Salvador A. Sandoval e Alessandro Soares da Silva, apresenta o desenvolvimento conceitual da categoria de “consciência política”, com uma reformulação da mesma à luz das emoções com a perspectiva de que elas “têm um papel funcional e chave na formação da consciência política” (p.46).

O segundo artigo – “A dissipação da política no campo dos estudos dos movimentos sociais”, de Marco Aurélio Máximo Prado – analisa o conceito de política com base nas idéias do pensador francês Jaques Rancière; o autor termina dizendo: “Essa dissipação vem participando de um fenômeno bastante ambíguo – o abandono da política como lugar de disputa e conflito e ao mesmo tempo a emergência da política como ódio, aniquilação e eliminação” (p. 71).

O terceiro artigo – “Para além do comportamento agressivo...”, do mexicano David Pavón Cuéllar aborda o discurso do Exército Popular Revolucionário, grupo armado guerrilheiro mexicano, contribuindo para uma visão crítica de discursos instituídos na Psicologia; como por exemplo a crítica às teorias de A. Bandura

sobre o comportamento violento (p. 83/84/85).

O quarto artigo – “Criminalização dos movimentos sociais do campo”, de Jader Ferreira Leite, Magda Dimenstein e Verônica Moraes Ximenes – apresenta o processo de constituição das lutas camponesas no Brasil, com enfoque no MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O quinto artigo – “As políticas da afetividade na parada LGBT de Goiânia”, de dez autores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Críticas, Insurgências, Subje-

“A inclusão, como um movimento político e um paradigma filosófico, é fortemente fundamentada na ideia de Direitos Humanos”.

tividade e Emancipação (Crise) – apresenta e analisa dados sobre a Parada. O movimento social LGBT é um dos mais criativos no panorama nacional, e os autores falam dos perigos de fechamento em classificações identitárias aprisionadoras, em uma área de extrema diversidade e mobilidade, no campo teórico e na militância.

Na segunda parte – “A Psicologia e as diversas políticas” – há quatro artigos. No primeiro – “A lógica terrorista em suas consequências”, de José Manuel Sabucedo e Mônica Alzate, os pesquisadores espanhóis expõem o tema por meio da análise de atentados terrorista na Europa. Ao final, per-

guntam (e respondem): “O que fazer? Algumas considerações para não cair no fatalismo” (p. 137/138/139).

Em “Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências”, Isabel Fernandes de Oliveira e Ilana Lemos de Paiva apontam a saúde pública e a assistência social como os grandes campos de trabalho dos psicólogos no setor do bem-estar, dizendo que “deveríamos atuar na defesa intransigente dos direitos humanos” (p.154).

O terceiro artigo, de Denise Santana Borges – “Construção sobre “lesbianidades” na mídia televisiva, possibilidades de um discurso emancipatório?”, discute o aparecimento de relações lésbicas nas novelas da Globo, e apontam a extrema limitação das possibilidades de emergência

de um discurso emancipatório por este meio.

No último artigo – “Espaço público, mídias alternativas e subjetividade” – Marília Aparecida Muylaert, Jéssica Enara Vian e Jonathan R. B. da Silva, ao falar sobre as manifestações de rua de 2013, acentuam o papel da mídia alternativa em sua organização e mobilização, apontando esta mídia como um meio poderoso de produção de subjetividades críticas, não-alienadas ou conformistas, de que se tem tanta necessidade no Brasil hoje. ●

FELICIDADE, MEDO E DEPRESSÃO



FOTOS: PIXABAY.COM



CAPA

O BRASIL EM TEMPOS SOMBRIOS: O QUE A PSICOLOGIA TEM A DIZER SOBRE ISSO?

Vivemos uma época em que uma nova ordem mundial institui-se de forma voraz a partir da confluência de forças empresariais e políticas interessadas na consolidação de um projeto de poder conservador de mercantilização da vida e homogeneização das subjetividades. No bojo desse processo, profundas transformações culturais e econômicas vão – num ritmo atroz de superação de paradigmas éticos, culturais e históricos que até então norteavam a sociedade humana – consolidando um modelo societário pautado por princípios como individualismo, hedonismo, ganância, meritocracia, consumismo e transitoriedade.

Um modelo econômico de “capitalismo de crise” vai-se estabelecendo, em que crises financeiras são periodicamente forjadas para alimentar a cadeia macroeconômica neoliberal, garantindo lucros exorbitantes aos conglomerados empresariais transnacionais e ampliando a concentração de renda nas mãos de uma minoria. Essa instabilidade econômica endêmica atrai milhões de pessoas na pobreza e aprofunda o processo de vulnerabilização socioeconômica de determinadas parcelas da população. Nesse contexto, o Estado é enfraquecido em seu poder de regulação e proteção social, tornando-se um mero agente operacionalizador das demandas do “mercado”.

Como arauto desse processo, o desenvolvimento acelerado das tecnologias de comunicação ocasiona a extinção de fronteiras e sistemas culturais, alterando profundamente nossos modos de ser e estar no mundo e provocando uma modificação dos papéis sociais exercidos em nossos ambientes comunitários, familiares e profissionais. Mídias sociais e demais dispositivos de comunicação virtual ampliam as possibilidades de relacionar-se, rompendo barreiras geográficas e territoriais. Porém, esses mesmos instrumentos de conectividade e interatividade têm-se mostrado um perigoso fermento para a intolerância, o ódio e a violência, fragilizan-

A difusão do medo torna-se um importante elemento de coesão social, pois corrobora uma sensação coletiva de insegurança e legítimas práticas de controle e repressão.



do laços sociais e polarizando os indivíduos em vez de aproximá-los.

No Brasil, essa conjuntura tem se manifestado de forma particularmente truculenta – especialmente do ano passado para cá – a partir da fragilização da democracia, estagnação econômica, aumento da violência urbana e de Estado e desmonte de direitos sociais constitucionalmente garantidos. Esse cenário vem provocando o acirramento de disputas e tensões no tecido social, dominado por uma sensação constante de medo e incerteza. A aprovação das reformas orçamentária – que congelou, no longo prazo, investimentos na Educação e na Saúde –, educacional e trabalhista e a iminente votação da reforma previdenciária representam a anulação de direitos, a precarização de Políticas Públicas e a fragilização da proteção social.

Na avaliação de Maria Thereza dos Santos (CRP 05/8757), psicóloga clínica, doutora em Saúde Coletiva e gerente de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro entre 2014 e 2017, “o retrato da atualidade revela uma malha social com enormes desigualdades, uma crise financeira para a qual a solução anunciada são reformas que vão aprofundar essas desigualdades, aumentando o número de pessoas com demandas de cuidado para o Estado. Não obstante, esse Estado tem sido retirado de seu papel constitucional no que diz respeito às políticas de bem estar social”.



Vera Vital Brasil (CRP 05/5975), psicóloga clínico institucional, membro da Equipe Clínico Política/RJ e coordenadora do Projeto Clínica do Testemunho/RJ entre 2013 e 2015, diz que o momento atual tem sido marcado pelo crescimento do fascismo em âmbito social e político. “A gravíssima crise político-institucional que atravessa o país e o mundo se apresenta, entre outras, sob a forma de perda de direitos e de cidadania e evidencia um avanço crescente do fascismo, incidindo inexoravelmente sobre as subjetividades”, avalia

“Na ausência de políticas públicas de inserção social e laboral”, acrescenta Vera Vital, “instala-se o desampa-

ro e a fragilização psíquica. A vulnerabilidade dos vínculos laborais e as repercussões traumáticas da violência do Estado policial, atualmente em plena vigência, conduzem o sujeito a uma posição de desamparo psíquico, produzindo quadros clínicos, como o da depressão”.

Esse caldeirão de insegurança e pessimismo corrobora uma sensação coletiva de mal-estar e inquietude que atravessa as subjetividades, produzindo novas modalidades de sofrimento e adoecimento psíquico. Obviamente, esse panorama convoca diretamente a Psicologia, pois gera

novas demandas clínicas para a (o) psicóloga (o) onde quer que esteja: no consultório, na escola, nas instituições, nos hospitais ou nas Políticas Públicas.

Felicidade e depressão

Vivemos, no Brasil e no mundo,

um momento histórico que produz incerteza e instabilidade sem precedentes e aguça certas modalidades de sofrimento psíquico, como a solidão, ansiedade, angústia, medo, impotência, desamparo e infelicidade. Essas questões chegam como demanda à (ao) psicóloga (o) normalmente compreendidas pelo sujeito como algo de âmbito individual. Em linhas gerais, essas demandas estão atreladas à busca pela felicidade, um conceito que, na contemporaneidade, foi completamente mitificado num ideal irrealizável que precisa ser problematizado com muito cuidado. Isso porque a concepção de felicidade foi aprisionada num conceito puramente estético,

baseado em relações de consumo e ostentação materialista. Por todos os lados, a máquina de publicidade capitalista forja, de modo muito eficiente, a ideia de que a felicidade é transitória, acessível a todos e disponível em qualquer vitrine.

Então, se a felicidade é tão fácil e está acessível a todos, por que há essa sensação geral e inquietante de sofrimento, angústia e mal-estar social?

“Esse modelo de felicidade contemporânea é um grande produtor de infelicidade. Na verdade, eu não acredito em felicidade no mundo neoliberal. Ou seja, o mundo neoliberal é feito para produzir infelicidade e insatisfação. O ideal de felicidade é a grande falácia do neoliberalismo.”, acrescenta o psicanalista.

Esse ideal foi, portanto, capturado por um modelo mercantilista e de busca pelo prazer imediato que foge ao plano dos encontros e afetos

estão aliados desse processo e que também são responsabilizados por sua condição. O individualismo vai se impondo e, com a ausência cada vez maior do Estado, esse quadro vai trazendo novas complexidades”, pondera Maria Thereza.

Será, então, essa realidade uma das questões que ajuda a explicar o suposto *boom* de casos de depressão em nossa época?

A Organização Mundial da Saúde estima que haja cerca de 300 milhões de pessoas com depressão no mundo. Ainda segundo a OMS, o Brasil figura em 4º lugar no *ranking* dos países com o maior número de casos em sua população. Esses dados, em princípio, parecem corroborar a ideia propagada de uma epidemia da depressão, já considerada por muitos como “o mal do século”. Diante de dados tão alarmantes, porém, é preciso problematizar se eles retratam um aumento real do número de depressivos no mundo ou se, de fato, resultam de uma lógica global de medicalização da vida em que as angústias, as aflições e os medos diante dos

desafios postos pela contemporaneidade estariam sendo capturados pela profusão de diagnósticos de depressão.

O mito da felicidade ajudaria, portanto, a explicar o mito de uma epidemia da depressão?

Luciano Elia reconhece que os novos modos em que se estabelecem as relações humanas na sociedade contemporânea podem aguçar a sensação de sofrimento. “Vivemos numa época onde tudo está muito incerto. E a incerteza quanto à vida social gera uma angústia que tem a ver com a desestabilização de tudo, inclusive da própria condição de sujeito”.

“O modelo de felicidade contemporânea é um grande produtor de infelicidade. Eu não acredito em felicidade no mundo neoliberal. Ou seja, o mundo neoliberal é feito para produzir infelicidade e insatisfação”.

Luciano Elia

Maria Thereza explica que a felicidade é “um afeto que deve produzir bem estar, alegria, expansão da potência da vida”. Entretanto, conforme analisa, “as subjetividades contemporâneas vêm sendo forjadas, predominantemente, de acordo com uma lógica econômica e mercadológica. Assim, a felicidade pode ser um imperativo e não estar a favor do aumento da potência da vida, mas condicionada às formas restritas de ‘ser feliz’”.

Para Luciano Elia, psicanalista, professor da UERJ e membro do Laço Analítico Escola de Psicanálise, o ideal de felicidade propagado na sociedade contemporânea é “tão falso que só produz mal estar e angústia”. Segundo ele, este “é um ideal baseado na imagem, no consumo, na estética do eu. É um ideal de infelicidade, na verdade, porque nada mais discrepante da felicidade do que esse ideal”.

e, sobretudo, transfere ao sujeito a responsabilidade por sua (in)felicidade. Em tempos de meritocracia, questões de ordem estrutural e conjuntural são reduzidas ao plano individual, culpabilizando o sujeito por seus fracassos e sucessos.

“As exigências do alto desempenho, alusivas à meritocracia, têm produzido efeitos notáveis nos sujeitos que, de acordo com a nova ordem mundial, são responsáveis por seu destino. Para o mundo neoliberal de alta concorrência, ele deve estar tão preparado quanto possível para se destacar no mercado de trabalho. De outro lado, temos um número expressivo de cidadãos que



Contudo, o psicanalista adverte que esse quadro não tem, necessariamente, a ver com o suposto aumento no número de pessoas diagnosticadas com depressão. Ele inclusive discorda do *status* de epidemia que a depressão ganhou na atualidade. “Eu não gosto dessa ideia de que a depressão é a ‘doença da atualidade’. Isso é muito mais produzido do que real. Há uma produção social da depressão. Mas você não pode dizer, com isso, que nossa época tem produzido mais deprimidos. Isso tem a ver com a indústria farmacêutica, tem a ver com a venda de antidepressivos”.

Você tem medo de quê?

A depressão não é única questão que, como afirmou Luciano Elia acima, é socialmente produzida na atualidade. A cultura contemporânea revelou-se expert também em produzir medo. Historicamente, o imaginário do medo permeia as subjetividades, ritualizando uma cultura que propaga a ideia de que o perigo reside no outro. Com isso, determinadas parcelas da sociedade são minorizadas, marginalizadas e criminalizadas, recebendo a tarja de “perigosas”. Obviamente, os critérios que determinam o grau de periculosidade de certos segmentos são sempre de ordem social, política e econômica. No século XIX, por exemplo, eram os loucos; no século XXI, são os negros, os pobres, os usuários de drogas, os imigrantes e os ditos “desviantes”, como a população LGBT.

A produção do medo não é novidade alguma na história humana. Porém, na época atual, parece que as tecnologias que agenciam essa construção sofisticaram-se e, assim, o medo tornou-se um importante instrumento político de controle social. A partir da difusão de um discurso que corrobora a periculosidade inerente a certos grupos sociais, cria-se um cenário de pânico social que le-

gitima a violência de Estado no curto, médio e longo prazos.

“A quebra de direitos, o estímulo à violência, o esgarçamento da ética e o ódio à diferença compõem ideias e práticas que afetam diretamente a subjetividade. A insegurança e o medo disseminados de forma generalizada tornam-se instrumentos poderosos de controle social, servindo aos interesses da implantação do projeto neoliberal”, analisa Vera Vital.

Maria Tereza diz que “especialmente no Brasil, o medo produzido nesse cenário sombrio tem sido combustível fundamental para o esvaziamento das ruas, a desqualificação dos movimentos sociais, a revalorização da vida privada como forma de proteção e o enfraquecimento e a fragilização dos trabalhadores”.

“A disseminação do medo e a exposição recorrente das situações de violência são estratégias de controle social e legitimação do uso das políticas repressivas do Estado, inclusive criminalizando o movimento de protesto contra a sistemática retirada de direitos sociais por meio de uma política potencialmente violenta”, acrescenta a psicóloga.

legítimas práticas de controle e repressão contra aquilo que foi convencionalizado perigoso. Não é coincidência que, aliado à crescente violência de Estado – que se manifesta desde as incursões policiais nas favelas até o corte de direitos sociais –, temos assistido à escalada da violência urbana nas cidades brasileiras.

Porém, é preciso compreender que os estarrecedores índices de criminalidade nos centros urbanos brasileiros são apenas a ponta de um *iceberg*, uma das manifestações perceptíveis da violência estrutural que tem raízes na própria constituição histórico-cultural da sociedade brasileira. Embora interligados, violência e crime não são sinônimos. Violência é um fenômeno complexo resultante do desequilíbrio nas relações sociais, políticas e econômicas. O crime é algo posterior à violência, uma de suas manifestações.

“O que pode ser seguro do ponto de vista da ordem pública quando há desordem pública?”, questiona Luciano Elia. “Falar de segurança pública e de violência urbana culpabilizando a população, vamos dizer, delinquente no sentido de quem comete algum crime, é também uma

“O desafio para a clínica está sempre relacionado ao conjunto de forças que dialogam em determinada época e incidem sobre o modo como essas relações se expressam na existência dos sujeitos que sofrem”.

Maria Thereza

Nessa lógica, a difusão do medo torna-se um importante elemento de coesão social, pois corrobora uma sensação coletiva de insegurança e



ARQUIVO CRP-RJ

inversão no sentido de que o crime começa no próprio Estado”.

O psicanalista afirma que é preciso pensar a lógica de criminalização da pobreza “num regime que produz miséria e pobreza e se mantém numa condição escravocrata”. Conforme argumenta, “não podemos dizer verdadeiramente que o Brasil saiu do regime de escravidão, basta ver como estão ocupados os presídios brasileiros. Ou seja, além da criminalização da pobreza, há também a criminalização dos negros. E esses são os grandes atores acusados de produzir insegurança urbana. Isso é um absurdo. Não estou dizendo que eles não cometem esses atos, mas é preciso iniciar por uma análise de estrutura. O poder é que produz violência e insegurança. A própria ideia de guerra ao crime e guerra às drogas é produtora de crimes”.

Em linhas gerais, portanto, a sociedade brasileira constituiu-se a partir de uma violência de ordem estrutural que principia nas práticas de Estado, ecoando pelo tecido social de diversas maneiras e reverberando nas estatísticas da criminalidade. Em um país onde o Estado é o principal agente violador de direitos, operando de modo higienista e elitista, a violência perpetua-se nas relações desiguais de poder entre as classes sociais e alimenta-se de um cenário devastador de desigualdades econômicas que condenam quase metade de sua população a condições indignas de educação, saúde, moradia e emprego.

Prevalece no Brasil a disseminação de um pânico social que reforça a periculosidade justamente das camadas sociais a quem, historicamente, as portas do progresso e do desenvolvimento são fechadas. Como consequência, o medo é direcionado aos renegados desse suposto progresso, que seriam os únicos

responsáveis pela produção do crime, quando, na verdade, a violência baseia as relações socioculturais da patriarcal, escravocrata e excludente sociedade brasileira.

Papel estratégico da Psicologia

Ideais de felicidade formatados pelo desejo insaciável de consumir. Inquietações, angústias e tristezas capturadas pela máquina medicalizante de produção da depressão. Sentimentos de medo que parecem paralisar o sujeito diante de tantas incertezas, rupturas e violências. Que subjetividades estão sendo produzidas nestes tempos sombrios e o que a Psicologia tem a dizer sobre isso?

Vivemos um momento que produz incerteza e instabilidade e aguça certas modalidades de sofrimento psíquico, como solidão, ansiedade, angústia, medo, impotência, desamparo e infelicidade.

“Como combater o fascismo que implica a violência e a eliminação do diferente considerado inimigo? Como a atividade clínica pode acolher o sofrimento decorrente das desestabilizações, do medo, da insegurança, do ódio crescente?”, questiona Vera Vital. “O desafio que se nos apresenta como psicólogos é o de construirmos estratégias para enfrentar as produções subjetivas decorrentes do neoliberalismo, que se expressam nos modos predominantes de vida, como o individualismo e o isolacionismo”, acrescenta.

Maria Thereza afirma que “o desafio para a clínica está sempre relacionado ao conjunto de forças que estão dialogando em determinada época e que incide sobre o modo como essas relações se expressam na existência dos sujeitos que sofrem”.

Segundo a psicóloga, “o compromisso com a clínica dos afetos, ou das relações, pressupõe a sustentação do caminho a percorrer para que algo realmente novo possa surgir. Pressupõe ainda a não submissão às imposições diagnósticas e às demandas de medicalização da vida. O trabalho clínico pode e deve ser agenciador do reposicionamento do sujeito em relação ao conhecimento de si e da possibilidade de promover conexões que aumentem sua potência”.

Nesse sentido, é importante destacar que, quando se fala em prática clínica, não se está referindo apenas à atividade desenvolvida dentro do *setting* terapêutico, pois toda a prática psicológica é baseada em uma intervenção clínica, independentemente do espaço em que se dê a atuação da (o) psicóloga (o). Em outras palavras, a clínica psicológica não se caracteriza somente pelo espaço onde é realizada, mas antes pela escuta e pelo acolhimento oferecidos ao sujeito.

Vera Vital Brasil considera que o atual cenário de anulação de direitos sociais e de recrudescimento da violência de Estado intensifica o processo de despotencialização da vida e afirma que a Psicologia deve estar atenta a esses impactos sobre as subjetividades contemporâneas. “É necessário levar em conta de forma crítica as produções de subjetividade no contemporâneo e investigar, a partir dos efeitos expressos no discurso e no corpo daqueles que atendemos, a sua procedência e o modo como se instala. Da novela familiar, que predominou na lei-

tura da cena clínica como modo exclusivo de investigação por tantas décadas, há que deslocar-se para a investigação dos contextos que produziram os efeitos psíquicos”, argumenta.

Toda a prática psicológica deve se basear, portanto, em uma intervenção ético-política que – considerando como o contexto social, político, histórico e cultural afeta as subjetividades – sustente certa transformação social baseada na emancipação e no fortalecimento do sujeito.

“Temos que ter um ouvido cuidadoso para não psicologizar tudo isso que chega como se fosse um questão do sujeito, da sua vida pessoal apenas, fora da sua relação com o seu tempo e com o mundo”, destaca o psicanalista.

Vale lembrar que, em sua constituição histórica, a clínica psicológica foi herdeira de um modelo médico pautado por relações discursivas de poder que fabricaram o conceito de doença, tratamento e cura. Ao longo de seu trajeto his-

sui uma implicação ética que, por sua vez, produz um efeito sobre as subjetividades. Entretanto, conforme adverte Luciano Elia, “a dimensão política que todo o ato clínico tem não pode se confundir com a temática política e ideológica ocupando o diálogo clínico”.

“Quando falamos que a clínica é política é porque o ato clínico é um ato político. Seria ingenuidade achar que nossa prática é neutra. Minha posição ao escutar, ao intervir, tem uma posição política. O efeito do que eu digo para uma pessoa tem uma direção. É entre o ético e o político, o que eu pretendo quando faço uma intervenção ou deixo de fazer”, argumenta o psicanalista.

Diante disso, não há como negar que as subjetividades contemporâneas inevitavelmente estão atravessadas por toda essa realidade conflituosa marcada pelo re-

crudescimento das violências, das incertezas e das disputas na cena política, social e econômica. De uma forma ou de outra, as angústias, os medos, as inseguran-

ças e a própria busca pela felicidade estão interligadas nessa teia global de engrenagens que produzem adoecimento e sofrimento em massa.

Sem dúvidas, esse quadro ocasiona novas demandas clínicas para a (o) psicóloga (o), independente de seu espaço de atuação, e convoca a Psicologia a um olhar atento e a uma escuta qualificada e transformadora, eticamente implicada na potencialização da vida e na construção de subjetividades críticas, autônomas e capazes de resistir às capturas e alienações propostas cotidianamente pela sociedade neoliberal. ●

“No trabalho clínico, o mapeamento e o reconhecimento das fontes de produção de angústia, medo e sofrimento poderá permitir a criação de novos sentidos, promover a ressignificação da experiência traumática e estimular a potência da vida”. Vera Vital Brasil



Conforme afirma Vera Vital Brasil, “no trabalho clínico, o mapeamento e o reconhecimento das fontes de produção de angústia, medo e sofrimento poderá permitir a criação de novos sentidos, promover a ressignificação da experiência traumática e, por sua vez, ao estimular a potência da vida, dar lugar a novos modos de funcionamento psíquico e à luta pela garantia de direitos e reparação destes danos”.

Na avaliação de Luciano Elia, esse cenário de mal-estar social, incerteza política e violações de toda a espécie convoca a clínica psicológica a uma prática balizada pela responsabilidade ético-social de olhar, escutar e acolher essas demandas de um ponto de vista não psicologizante e individualizante.

tórico, porém, a prática psicológica passou a compreender uma atuação comprometida com o sujeito e com o contexto social no qual está inserido e do qual faz parte. É justamente esse outro olhar que a atual conjuntura demanda da Psicologia, um olhar que, fugindo da necessidade de busca do patológico, pautar sua atuação em uma terapêutica que fomente a diversidade, a criatividade e a potência de vida, não rotulando a diversidade humana em diagnósticos e tratamentos.

Dessa forma, não há como cindir a atuação clínica de uma prática política. Toda a intervenção clínica pos-

FELICIDADE, MEDO E DEPRESSÃO: UMA BREVE FALA DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA PSICOLOGIA

Com o objetivo de pensar de modo mais ampliado a temática proposta pela matéria de capa desta edição, o **Jornal do CRP-RJ** convidou alguns representantes de entidades da Psicologia para contribuir com um pequeno artigo. Confira abaixo.

POR UMA PSICOTERAPIA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

POR BERNARD RANGÉ (CRP 05/1166) / TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Presidente-fundador da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC), ex-vice-presidente fundador da Sociedade Brasileira de Terapias Cognitivas (SBTC) e ex-presidente fundador da Associação Latino-Americana de Psicoterapias Cognitivas (ALAPCO)

Richard Layard e David M. Clark defenderam em seu livro *Thrive* que a terapia cognitivo-comportamental (TCC) é mais eficaz do que tratamentos farmacológicos para depressão maior; para todos os transtornos de ansiedade (aí incluídos transtorno de pânico com ou sem agorafobia, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de ansiedade social e fobias específicas); para o transtorno obsessivo-compulsivo; para o transtorno de estresse pós-traumático; para transtornos alimentares (bulimia e anorexia nervosas), bem como tratamento de transtorno bipolar e esquizofrenia com uso de medicamentos.

Eles demonstraram isso a governos de esquerda (Gordon Brown), de centro (David Cameron) e de direita (Thereza May)* que era melhor e mais barato usar a TCC do que remédios e, cada um destes governos, aceitou e incentivou essa proposta treinando uma grande quantidade de terapeutas cognitivo-comportamentais com dinheiro público para alcançar a meta de oferecer trata-

mentos eficazes e baratos para a população necessitada.

Isto foi apoiado pelo NICE (The National Institute of Health Care and Excellence), que é o sistema britânico de orientação da população no que diz respeito a tratamentos efetivos; pelo National Institute of Mental Health (NIMH), dos Estados Unidos da América; pelo Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (INSERM), da França, e por muitos outros centros de pesquisa clínica do mundo.

Se o mote da matéria de capa desta edição do *Jornal do CRP-RJ* é debater o atual momento político, econômico e social brasileiro, como esse cenário impacta o sujeito e de que forma ele traz essas questões/demandas para a clínica, nada mais pertinente falar sobre o que foi descrito acima.

Medo e depressão estão dentro dos primeiros tratamentos reconhecidos acima como efetivos e ocorrem em decorrência de crenças disfuncionais elaboradas pelas pessoas a partir de suas experiências que, ao

serem questionadas, estas deixarão de acreditar nelas. Se uma pessoa não sente mais medo nem fica em depressão, ela tem mais chances de se sentir feliz, isto é, experimentar uma maior frequência de emoções positivas e uma menor frequência de emoções negativas, sobretudo se ações específicas forem dirigidas para isso.

Estamos mal-acostumados a aceitar como verdadeiras as suposições defendidas há anos pela ideologia vigente. Se a Psicologia é uma ciência, a questão principal é: onde estão os fatos científicos? Quais são as psicoterapias que são baseadas em evidências? Não defendo que apenas a TCC seja baseada em evidências: algumas outras formas de psicoterapia também têm demonstrado que são empiricamente fundamentadas. Mas acredito que isto deva ser um norte para nos guiar numa prática mais efetiva para o bem-estar de nossa tão sofrida população.

*Gordon Brown foi o primeiro-ministro britânico entre 2007 e 2010 e David Cameron, entre 2010 e 2016. Thereza May é a atual primeira-ministra britânica.

A SOCIEDADE PAGA A CONTA

POR MARCELO PINHEIRO DA SILVA (CRP 05/16499) / GESTALT TERAPIA

Gestalt-Terapeuta e sócio-fundador do IGT (Instituto de Gestalt-Terapia e Atendimento Familiar)

Estamos vivendo um dos períodos mais conturbados da história recente deste país. Desemprego, salários atrasados, descrença em relação à classe política, as denúncias de corrupção são rotineiras, o nível de tensão social está altíssimo e a violência está explodindo. O medo da violência e a sensação de insegurança em relação ao futuro têm se tornado cada vez mais intensos.

Percebemos o impacto desta conjuntura social no IGT (Instituto de Gestalt-Terapia e atendimento familiar), onde trabalhamos com pessoas de todas as camadas sociais através de atendimento psicológico particular e de nossa clínica social, que é muito procurada. Também ministramos um curso informativo sobre estresse, depressão e síndrome do pânico. Este curso é prioritariamente dedicado ao público leigo e é tipicamente frequen-

tado por pessoas que vivenciam sofrimentos ligados a estes temas ou acompanham, de perto, outras pessoas que passam por esta situação.

Em função dessas práticas, historicamente, recebemos um número elevado de pessoas com queixas ligadas à depressão e pânico; porém, nos últimos anos, foi possível detectar uma mudança na temática de base dessas queixas: medo, ansiedade, insegurança, tristeza e a sensação de impotência diante da realidade social têm sido algumas das tônicas mais frequentes na procura por psicoterapia. O contexto sociohistórico dá contorno aos transtornos emocionais que marcam cada época da história da humanidade. Muda o campo, muda o homem, mudam suas alegrias e sofrimentos.

Nós, psicólogos, também estamos imersos neste contexto social e so-

fremos esses mesmos impactos. Temos podido observar este fato através de nossa vivência pessoal e do contato com nossos alunos de pós-graduação em Psicologia Clínica. Observamos suas mobilizações ao acompanhar seus clientes vivenciando situações de violência e insegurança, ao mesmo tempo que eles mesmos experimentam o medo e a angústia de viver esta realidade.

Este período de tensão nos interroga a respeito de nosso papel como psicólogos. O que podemos fazer? Nossos instrumentos de trabalho, nossas teorias, nossas práticas são compatíveis e úteis diante destes desafios? Estamos nos reinventando a partir destas novas realidades? Qual a nossa identidade dentro deste contexto? Estas são perguntas que precisamos sempre visitar; suas respostas nunca são definitivas.

COMO NÓS ESTAMOS?

POR SUELY DUÉK (CRP 05/143) / PSICANÁLISE

Membro Efetivo e Coordenadora Geral do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro

Como vamos nós, aqueles que se propõem estar com o outro, compartilhando terapeuticamente quem nos procura e nos traz seus sofrimentos? Como vamos nós? Esta é a pergunta que cala. Olhamos para dentro de nós, nós que cuidamos e somos procurados para juntos vivermos a dor e a alegria?

Se não somos sobressaltados pelas hoje denominadas doenças narcísicas, se nossa autoestima está humanamente bem colocada, se nossas análises estão “em dia”, não nos autorizamos a atuar, não estamos autori-

zados, por tudo que beira outros saberes no leito da Psicanálise, como a ética e a moral, a desenhar uma paisagem de fundo colorida, refletora de uma cegueira emocional que sucumbe à realidade cinzenta e pesada que acontece ao nosso redor.

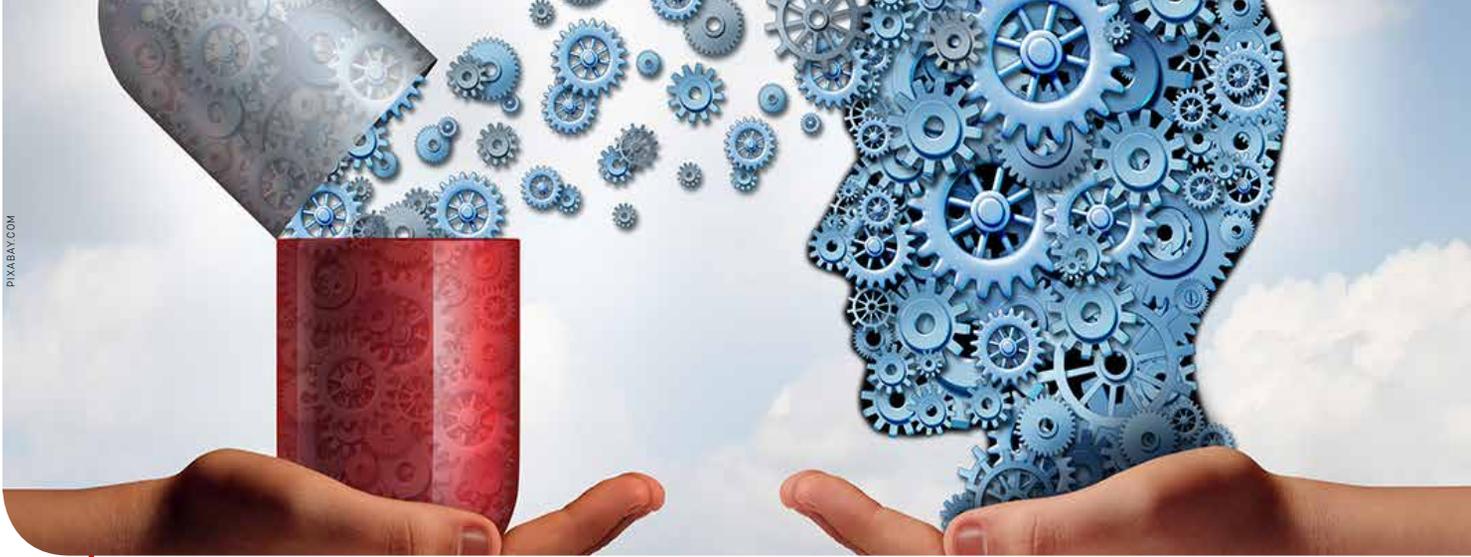
Eu sei: o mundo, a Síria, Aleppo, Mossul, o Afeganistão, a África. Mas sei também o que estamos vivendo: o Brasil, no Brasil esmaecido e desumano.

Sempre é mais fácil enumerar os sintomas dos nossos clientes, mais

fácil citarmos a teoria e as técnicas de manejo. O difícil é recebermos os clientes com leveza e esperança, conforme ingredientes necessários para o caminho da saúde na relação terapêutica.

São muitas as ameaças: os que entram em depressão e fazem fobias porque colegas perderam o emprego; os que realmente perdem o emprego; os que somatizam e desconhecem a causa; os que são politizados; e os que simplesmente estão tristes, como nós terapeutas.

Precisamos nos perguntar a cada dia: como estamos nós, os terapeutas?



EM ENTREVISTA EXCLUSIVA AO JORNAL DO CRP-RJ, O MÉDICO E PSIQUIATRA PAULO AMARANTE, PROFESSOR E PESQUISADOR DA FIOCRUZ E AUTOR DO LIVRO "MEDICALIZAÇÃO EM PSIQUIATRIA" (ESCRITO EM COAUTORIA COM FERNANDO FREITAS), FALA SOBRE O QUE ESTÁ POR TRÁS DAS ENGENHARIAS QUE MOVIMENTAM O PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO DA DEPRESSÃO.

"O USO DE ANTIDEPRESSIVO TEM SE TORNADO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA MAIOR DO QUE A PRÓPRIA DEPRESSÃO"

A depressão é tida como um dos grandes problemas de Saúde Mental na contemporaneidade. Enquanto parte da comunidade científica a define como um transtorno psicológico, outra parte a considera resultado de alterações bioquímicas. Afinal, o que é depressão?

A depressão é emblemática para discutir a medicalização. Entendemos que medicalização não é somente a prescrição de medicamentos; ela está associada à transformação de algo social, político, cultural ou econômico em algo exclusiva ou predominantemente de ordem médica, explicado a partir da categoria de doença. A depressão historicamente acompanha o homem, individual ou socialmente, e é importante porque indica uma crise, que, por sua vez, indica um momento de crítica e reflexão

a partir do qual se reconstrói a sociedade e a própria organização da vida. O que está sendo operado nesse processo de medicalização é que a depressão tem sido entendida como doença. Isso é um mito e é um grande golpe a ideia de que existe um desequilíbrio bioquímico que opera essa transformação. Esse desequilíbrio bioquímico nunca foi comprovado. Esse mito está sendo desconstruído pelos trabalhos de autores como Marcia Angell, Peter Conrad, Ian Hacking, Irving Kirsch, entre outros.

A Organização Mundial da Saúde estima que haja 300 milhões de pessoas no mundo que sofrem de depressão, dados que dão certa sensação de uma epidemia mundial. O que está por trás desses discursos que propagam uma suposta epidemia de depressão?

A experiência mais fácil de ser patologizada, a mais acessível pelas suas características, é a depressão. A tristeza, a crise econômica, as crises familiares, conjugais e profissionais nos levam a situações de desamparo e desespero, nos causam frustração e desgosto. Isso tudo é medicalizado porque é uma resposta fácil para a própria pessoa encontrar, na doença, alguma razão para o estado de sofrimento e desconforto que está vivendo. Dentro do mito da depressão como transtorno químico, onde o tratamento seria a recuperação do equilíbrio químico, existe um outro mito denunciado dentro da própria prática: 'se a depressão é um desequilíbrio químico, porque os remédios para tratar esse desequilíbrio não tratam?'. Ou seja, por que as pessoas têm que tomar o remédio a vida inteira, como se esse transtorno fosse definitivo, crôni-

co? A depressão seria incurável? Vários desses autores que citei têm trabalhado a questão da depressão e dos psicotrópicos indicados como antidepressivos. Antidepressivo já é uma estratégia de marketing, pois traz um conceito como se o “anti-depressivo” fosse equivalente ao efeito do “anti-biótico”. Na verdade, o antidepressivo não cura a depressão. Ele seria um tratamento paliativo. A própria OMS vem alertando para o uso exagerado dos antidepressivos e suas consequências indesejadas. O relatório da OMS de 7 de abril desse ano, Dia Mundial da Saúde, alertou para o fato de que o uso de antidepressivo tem se tornando um problema de saúde pública maior do que a própria depressão.

Nesse relatório de 2017, a OMS está finalmente começando a mudar sua postura porque essas pesquisas epidemiológicas que sugerem que há 300 milhões de deprimidos no mundo não são pesquisas no sentido de que aferem condições. Elas são pesquisas que também induzem as pessoas a acatarem essa autodefinição de que são depressivas. Essas pesquisas são muitas vezes explicitamente financiadas por laboratórios. Evidentemente, os laboratórios farmacêuticos têm interesse de que as pessoas aceitem a ideia da depressão como uma doença epidêmica e que tudo o que elas possam ter de anormal e de instabilidade seja depressão. Isso contribui para que, numa situação de fragilidade, a pessoa se identifique não como alguém fracassado por conta das suas limitações, mas sim porque tem uma doença, que dá a ela certo alibi, gerando nas demais pessoas compaixão e compreensão pela sua situação.

Você tem se referido, em artigos e entrevistas, à “indústria da saúde”. De que forma ela opera?

A questão da ‘indústria da doença’, pois eu prefiro falar em ‘indústria

da doença’, é um complexo médico, industrial e financeiro cuja expressão maior são os laboratórios, que têm interesse em produzir seus medicamentos e vendê-los cada vez mais. O livro da Marcia Angell “A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos – como somos enganados e o que podemos fazer a respeito” é emblemático porque a autora foi uma importante editora da revista *New England Journal of Medicine*, um dos mais importantes periódicos médicos do mundo. Ela começou a perceber que os artigos não eram feitos pelos autores, que apenas os assinavam. Isso a levou numa busca de entender esse processo. Ela se afastou da revista e descobriu que as empresas farmacêuticas tinham setores de produção de artigos que produziam os textos não buscando a fidelidade da pesquisa, mas a melhor justificação para o uso de determinado medicamento. E isso implicava omitir, e até mesmo fraudar, dados relacionados a efeitos colaterais e contraindicações. A partir daí, ela começou a ver que a situação é muito mais grave, pois os laboratórios fraudam pesquisas e informações. Os laboratórios também financiam a ida de médicos a grandes congressos internacionais, geralmente de custos elevados, pagando passagens de primeira classe, hospedagem e diárias. Esse custo é alto e está na base da ideia da medicalização. É importante gastar muito para que os profissionais prescrevam medicamentos e solicitem exames cada vez mais complexos e caros para alimentar esse complexo médico-financeiro da doença.

Que efeitos a medicalização excessiva traz para o sujeito diagnosticado com depressão?

A primeiro grande dano quando se fala de um processo coletivo de medicalização é retirar da pessoa o

protagonismo da sua vida. A ideia de que a depressão – concebida num certo contexto de vida e de trajetória, talvez necessário para que uma nova etapa se constitua – é uma doença, algo externo ao sujeito ou resultado de um desequilíbrio interno, fora do seu controle, da sua capacidade de resistência e autodeterminação, retira dele esse protagonismo e essa possibilidade de reconstrução. Então, um paciente depressivo vai ser tratado como tal, com medicamentos, como alguém incapaz e limitado, que não pode ficar sem seu medicamento. A síndrome de abstinência desses medicamentos é gravíssima. Pessoas que tentam parar sem um processo de superação desse medicamento encontram muita dificuldade porque, de fato, existe uma síndrome de abstinência. Quando a pessoa suspende por conta própria o medicamento, ela tem crises de insônia, irritabilidade, tremores e ideias suicidas. Então, ela volta a tomar o medicamento acreditando que isso faz parte da doença.

Como os profissionais de Saúde Mental podem resistir aos efeitos danosos desse processo de medicalização?

Há muitas pesquisas falando desses aspectos e, por esse motivo, hoje a medicalização é considerada um grande problema de saúde pública. O desafio é que os serviços e os profissionais de Saúde Mental tenham maior conhecimento nesse sentido e comecem a se organizar, a conhecer as pesquisas e enfrentar essa situação. É preciso criar programas e práticas regulares de superação desses medicamentos, evitando utilizá-los ou, pelo menos, seu uso prolongado. É um desafio fundamental que interessa a todos os profissionais comprometidos com os sujeitos que os procuram, e não com os interesses mercadológicos do campo da Saúde Mental. ●



CRP-RJ PRESENTE NO ATO PÚBLICO EM FAVOR DA RESOLUÇÃO 001/99 E DO DIREITO À DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Centenas de pessoas, entre militantes, movimentos sociais, representantes de conselhos profissionais e instituições sindicais, ocuparam o Centro do Rio de Janeiro no fim da tarde de 22 de setembro para protestar em favor da Resolução nº 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe psicólogos (os) de desenvolverem práticas de patologização da homossexualidade.

Essa grande vigília contra a patologização da diversidade sexual e de gênero coloriu a escadaria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) num ato público de demonstração de união e esperança na luta contra o preconceito e a intolerância.

A manifestação seguiu pelas ruas do Centro do Rio com palavras de ordem como "Não há cura para aquilo que não é doença!", "Não à flexibilização da Resolução 001/99!" e "Cure o seu preconceito!".

O CRP-RJ fortaleceu essa importante mobilização contra o retrocesso na garantia dos direitos da população LGBT+. Além da conselheira-presidente do CRP-RJ, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), estiveram presentes o conselheiro Alexandre França (CRP 05/32345), integrante do Eixo de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ, a conselheira Roseli Goffman (CRP 05/2499) e a colaboradora Paula Smith (CRP 05/34667).

"O CRP-RJ manifesta aqui o seu repúdio à decisão judicial que tenta retirar do cenário brasileiro a Resolução 001/99, que foi proposta em 1999 reconhecendo que a homossexualidade não é um desvio, doença ou problema de saúde e, sim, uma condição humana, uma forma de viver", destacou ao microfone a conselheira-presidente do CRP-RJ, sendo ovacionada pela multidão presente. "A concepção religiosa que nos impõe uma noção de desvio e de doença para a homossexualidade não pode triunfar", acrescentou.

Essa mobilização – que ocupou também as ruas de diversas outras capitais brasileiras – foi desencadeada após decisão liminar do juiz federal



Bandeira da diversidade coloriu a escadaria da ALERJ durante o ato.

ARQUIVO CRP-RJ

Waldemar Cláudio de Carvalho, da Seção Judiciária do Distrito Federal, que acatou parcialmente pedido de um grupo de psicólogas (os) para que possam fazer uso de práticas de “reorientação sexual” sem aplicação de sanções éticas por parte dos Conselhos de Psicologia.

A decisão abre perigosos precedentes para o uso de terapias de reversão sexual, uma prática sem qualquer embasamento técnico-científico que contraria não apenas a normativa do CFP como também o entendimento internacional de que homossexualidade não configura uma patologia.

Em nota divulgada em seu site e mídias sociais no dia 19 de setembro,

o CRP-RJ criticou a flexibilização da Resolução e enfatizou que “vê com muita preocupação tentativas de transformar em doença a diversidade sexual humana e de se utilizar de um saber científico – a Psicologia – para dar legitimidade a atitudes de preconceito e discriminação disfarçadas de ciência”.

“Há quase 30 anos a Organização Mundial de Saúde já se posicionou contrária a qualquer tipo de patologização da homossexualidade”, destacou o CRP-RJ na nota, cuja íntegra pode ser acessada em nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/identidade-trans/>. ●

DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO REÚNE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O CRP-RJ, por intermédio de sua Comissão Gestora no Norte-Noroeste Fluminense, promoveu, no dia 23 de março, em Campos dos Goytacazes, o Seminário “Os desafios da atuação profissional frente à Diversidade Sexual e Violência de Gênero”.

O evento, que reuniu mais de 400 participantes, foi organizado em parceria com a Coordenação de Psicologia da Universidade Federal Fluminense de Campos e os Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA). O objetivo foi debater a atuação da Psicologia na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero e no combate à violência de gênero.

A mesa de abertura foi composta por representantes das três instituições

organizadoras do evento: Evelyn Rebouças (CRP 05/41205), conselheira-presidente da Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense, Paulo Arthur Buchvitz (CRP 05/29833), coordenador do curso de Psicologia do ISECENSA, e Francisco Estácio Neto (CRP 05/14186), coordenador de Psicologia da UFF de Campos dos Goytacazes.

A primeira mesa de debates teve participação da psicóloga e pós-graduanda em Saúde Coletiva (ISECENSA) e em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (FIOCRUZ), Roberta Dieguez (CRP 05/47749), e da professora do Departamento de Psicologia da UFF de Campos, Bárbara Breder (CRP 05/40373). A mesa abordou

a importância da despatologização das identidades de gênero.

Após a mesa, a professora do ISECENSA e pós-doutora em Saúde Pública pela FIOCRUZ, Patrícia Constantino (CRP 05/22502), expôs dados e informações sobre a violência contra a mulher, contextualizando as definições históricas presentes nessas denominações e abordando as graves estatísticas do feminicídio no Brasil.

A cobertura completa do evento está disponível em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/seminario-de-psicologia-os-desafios-da-atuacao-profissional-frente-a-diversidade-sexual-e-violencia-de-genero/>. ●

PROPOSTAS DE REFORMULAÇÃO DA RESOLUÇÃO DO CFP SOBRE ATENDIMENTO ON-LINE E CADASTRAMENTO DE SITES SÃO DEBATIDAS NO CRP-RJ

Destinada a psicólogas (os) que possuem site credenciado ou que têm interesse em credenciar um portal on-line para prestação de serviços psicológicos à distância, a Roda de Conversa “Atendimento on-line e credenciamento de sites: propostas para construção de uma nova resolução do CFP” ocorreu no dia 2 de agosto na sede do CRP-RJ.

Organizado pelo CRP-RJ, o evento teve como finalidade debater coletivamente propostas para a reformulação da Resolução nº 011/2012, do Conselho Federal de Psicologia, que regulamenta a prestação de atendimento on-line e os procedimentos para credenciamento de sites.

O evento foi um desdobramento da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2016, onde representantes de todos os Conselhos de Psicologia do país decidiram pela necessidade de mudança na normativa do CFP. Para tanto, foi instituído um grupo de trabalho nacional – do qual o CRP-RJ faz parte – para construir a proposta de uma nova resolução a partir das demandas e sugestões da categoria.

“Segundo o último levantamento feito pelo CFP, há hoje 1.026 sites cadastrados no Brasil para oferecer o serviço psicológico por meio tecnológico à distância. Isso mostra o

quanto é pertinente repensar a resolução”, afirmou o conselheiro do CRP-RJ Thiago Melício (CRP 05/35915).

Diva Lúcia Gautério Conde (CRP 05/1448), conselheira-presidente do CRP-RJ, ressaltou que “a resolução do CFP traz aos psicólogos brasileiros questões importantes”. Para ela, “é preciso olhar para essa questão com toda a responsabilidade ética e técnica possível”.

A psicóloga e supervisora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ, Zarlete da Silva Faria (CRP 05/15377), esclareceu que há uma demanda de parcela das (os) psicólogas (os) e da sociedade em geral para que seja autorizada a prática da psicoterapia on-line. Contudo, conforme alertou, “precisamos pensar que a resolução do CFP não fala somente da Psicologia Clínica; ela fala da Psicologia. Precisamos, portanto, pensar as implicações dessa prática não apenas para a clínica, mas também para o psicólogo em qualquer área da Psicologia”.

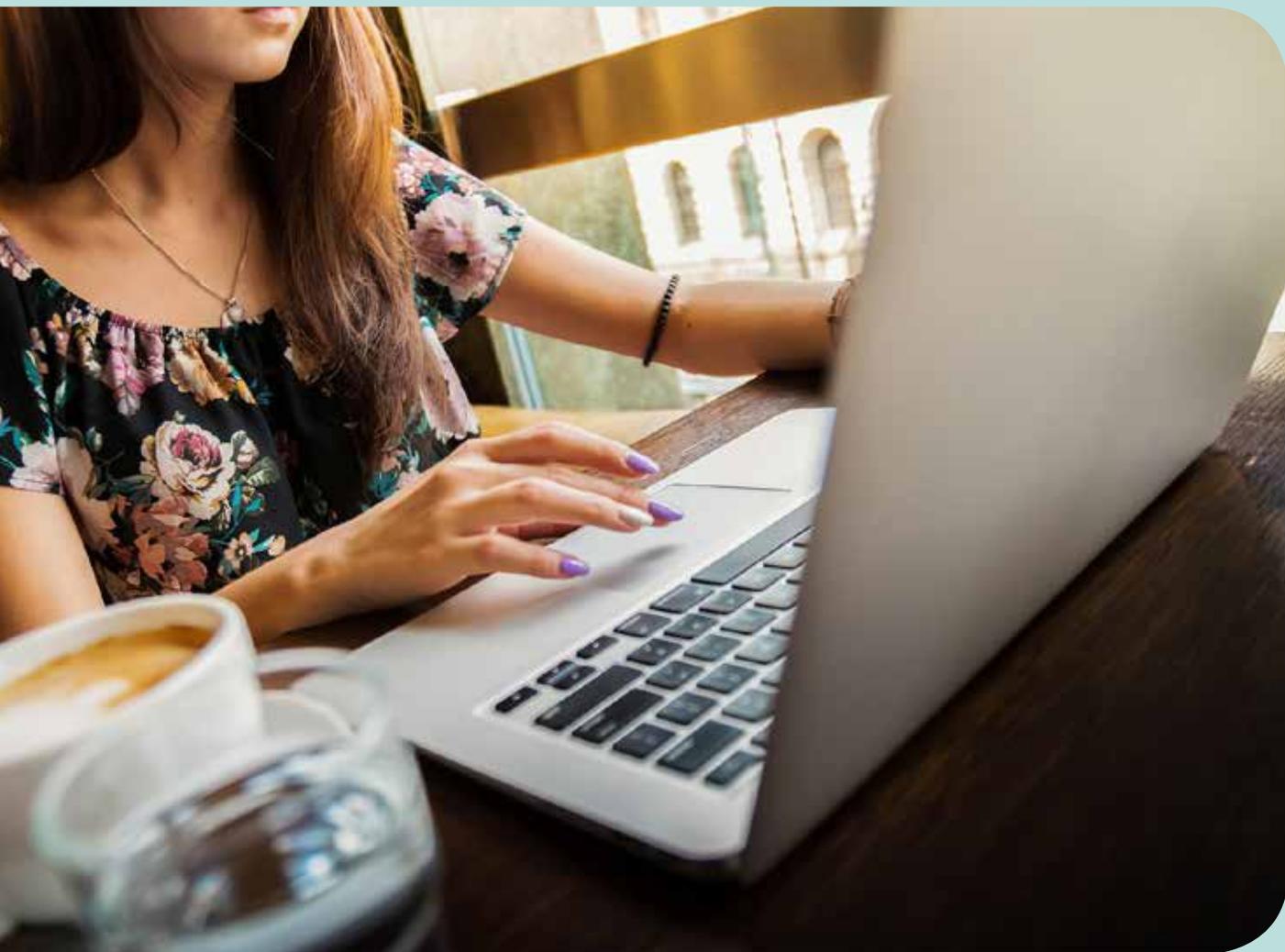
Todas as propostas debatidas pelas (os) participantes foram sistematizadas em um relatório final e encaminhadas para avaliação do grupo de trabalho nacional, responsável por apresentar ao CFP a minuta de uma nova resolução. Entre as questões levantadas, podem ser destacadas:

- O critério para se pensar o número limitado de atendimentos on-line, já que a atual resolução do CFP permite um máximo de 20 sessões;
- A possibilidade de atendimento psicoterápico on-line para pacientes impossibilitados de comparecer à consulta presencial;
- A capacitação prévia para as (os) psicólogas (os) que tiverem site autorizado pelo CFP para prestação de serviços psicológicos, uma vez que tal prática implica questões éticas, como o sigilo e a salvaguarda das informações trocadas durante o atendimento;
- A revisão do artigo da resolução que proíbe o site credenciado de ter, em sua página, links externos, já que são permitidos apenas links para o site do CRP e do CFP, o Código de Ética do Psicólogo e a Resolução nº 011/2012;
- A garantia de que a nova resolução leve em consideração o Marco Civil da Internet, que regula o uso da internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede.

Estiveram presentes no evento a conselheira-presidente da Comissão de



PIKABAY.COM



Orientação e Fiscalização do CRP-RJ, Paula Land Curi (CRP 05/20409), o então conselheiro-secretário do CRP-RJ, Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415), a conselheira-presidente da Comissão de Comunicação Social do CRP-RJ, Roseli Goffman (CRP 05/2499), o conselheiro da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ Roberto Stern (CRP 05/1700) e a psicóloga da Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ Juliana Drummond (CRP 05/33447).

Entenda o que diz a Resolução CFP nº 011/2012

A Resolução nº 011/2012, que regula a prestação de serviços psicológicos por meios de comunicação à distância e o procedimento para

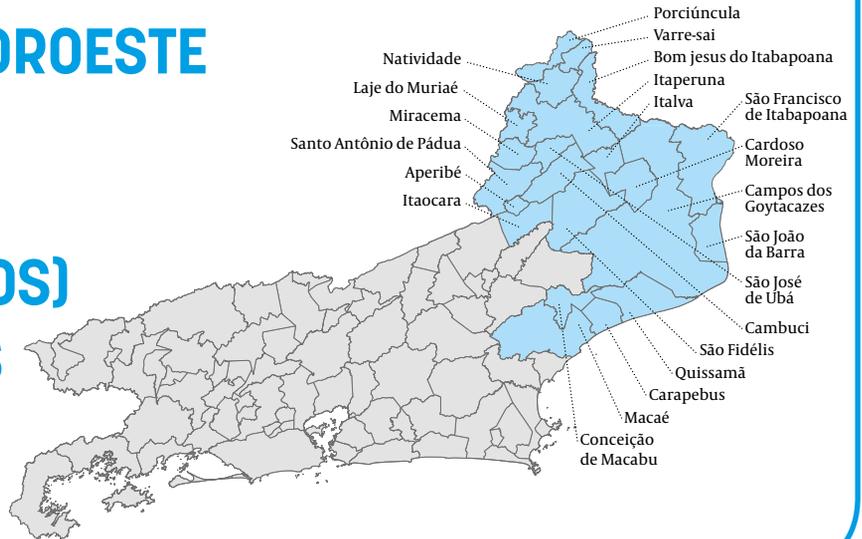
credenciamento de sites, proíbe a prestação de serviços psicológicos somente por meio eletrônico por entender, entre outras razões, que o convívio terapêutico não pode se dar somente no ambiente virtual. Além disso, considera que ainda são incipientes os estudos que atestam a validade científica para que essa prática possa ser oferecida como um serviço.

Entretanto, a resolução do CFP prevê a possibilidade de realização do atendimento psicoterápico on-line nas seguintes situações: (1) em caráter experimental, para fins de pesquisa acadêmico-científica; (2) um máximo de 20 orientações psicológicas on-line desde que em caráter pontual e informativo, para

fins de aconselhamento, e que não firam o Código de Ética do Psicólogo; e (3) em casos eventuais em que a (o) paciente esteja impossibilitada (o) de comparecer à consulta psicoterápica presencial.

Em todas as situações acima, o atendimento on-line deve ser feito por meio de um site criado exclusivamente para esse fim e devidamente credenciado e certificado pelo CFP. Plataformas como o Skype ou chamada de vídeo do WhatsApp podem ser utilizadas, desde que vinculadas a esse site. Já o uso de plataformas que não possibilitem a comunicação visual durante o atendimento, tais como e-mail, telefone, chat ou Facebook, é vetado pela normativa. ●

AÇÕES DO CRP-RJ NO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE MOBILIZAM PSICÓLOGAS (OS) E ESTUDANTES



A Comissão Gestora do CRP-RJ no Norte e Noroeste Fluminense (CGNNF) têm promovido ações com o objetivo de aproximar a categoria ao debate da ética profissional e a dinâmica dos espaços de trabalho e da sociedade. Nossa agenda segue as deliberações do 9º Congresso Regional e Nacional de Psicologia.

Diversidade sexual e de gênero

O tema da despatologização da diversidade sexual e de gênero e o combate à LGBTfobia foi abordado em 17 de maio, na sede da Prefeitura Municipal de Campos, com participação da psicóloga e colaboradora do CRP-RJ Maiara Fafini (CRP 05/43721). O evento marcou a importância do Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia.

Luta Antimanicomial

Em 23 de maio, a Universidade Estácio de Sá realizou o evento “Saúde Mental em Campos dos Goytacazes: novos caminhos”, com participação da CGNNF abordando temas do atendimento emergencial na RAPS e os desafios da Reforma Psiquiátrica.

Mobilidade

O “Simpósio de Ações Preventivas: por um trânsito mais seguro”, promovido pelo SEST SENAT em 31 de maio em Campos, marcou a campanha nacional pela redução das mortes no trânsito. A conselheira do CRP-RJ Janaína Sant’Anna (CRP 05/17875) palestrou sobre a prática psicológica no campo da Mobilidade Urbana/Humana.

Demais ações

Em 22 de junho, aconteceu, em Campos, o evento “O Que Mata Não é o Frio e a Fome, mas a Indiferença e a Negação de Direitos”, promovido pela Clínica Nômade Voz da Rua e coordenado pela psicóloga Patrícia Constantino (CRP 05/22502), pesquisadora do CLAVES/FIOCRUZ e professora do ISECENSA/Campos. O objetivo foi fortalecer a luta pelos direitos da população em situação de rua.

A XII Conferência Municipal de Assistência Social de Campos aconteceu em 13 e 14 de julho no Centro de Convenções da UENF, representando uma oportunidade de participação das (os) psicólogas (os), que mostra-

ram um debate qualificado em prol da defesa de direitos, da construção de projetos emancipatórios e de melhores condições de trabalho.

Em 28 de junho, promovemos a 3ª Pré-Mostra Regional de Práticas em Psicologia do Norte-Noroeste Fluminense, evento preparatório para a 11ª Mostra. O evento aconteceu no SindPetro de Campos com apresentação de trabalhos e experiências nas áreas da Assistência Social, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Escolar, Violência contra a Mulher, Prevenção em Saúde e Hospitalar.

Você pode acompanhar as atividades do CRP-RJ no Norte-Noroeste Fluminense pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/norte-noroeste/>.

Comissão Gestora: Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205) – Conselheira-presidente; Michelle da Silva Motta (CRP 05/31331) – conselheira. Colaboradores: Fátima Siqueira (CRP 05/9138), Denise Gomes (CRP 05/41189), Bianca Miranda (CRP 05/4420) e Ederton Rossini (CRP 05/50996).

Contato: subsedecampos@crprj.org.br / (22) 2728-2057 ●



Palestra sobre a Luta Antimanicomial acontece na Subsede da Região Serrana

ACONTECEU NA SERRA: CONFIRA AS PRINCIPAIS AÇÕES DO CRP-RJ NA REGIÃO SERRANA

A Comissão Gestora do CRP-RJ na Região Serrana mantém seu compromisso em divulgar, debater e promover a Psicologia de forma ética na região. No segundo trimestre do ano, foi dada continuidade ao projeto “CRP nas Universidades” e às demais atividades voltadas à categoria. Além disso, contribuimos ativamente no processo das Conferências Municipais de Saúde e Assistência Social de Petrópolis.

CRP nas universidades

Em março e abril, promovemos palestras nas universidades com o tema “Sistema Conselhos de Psicologia”. Estivemos na Universidade Católica de Petrópolis, na Estácio de Sá e na primeira turma do curso de Psicologia da FASE, todas em Petrópolis.

Em 12 de maio, José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767), conselheiro-coordenador do Eixo de Laicidade da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, par-

ticipou da Mesa Redonda “Psicologia e Religiões: Interfaces e Limites”, promovido pela Estácio de Sá de Nova Friburgo.

Luta Antimanicomial

Em maio, comemorou-se o mês da Luta Antimanicomial. Na Subsede, ocorreram dois eventos: a palestra “A História da Reforma Psiquiátrica”, ministrada pelo psicólogo Raphael Curioni Raia (CRP 05/47980), e a realização do CinePsi com exibição do filme “Nise - O Coração da Loucura” e debate com o psicólogo e psicanalista Ronaldo Marinho (CRP 05/4424).

Demais ações

Em junho, realizamos, com apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH), a Mesa Redonda “Psicologia e Educação - Prática, Gestão e Inclusão”, com as palestrantes Flávia Teixeira (CRP 05/45729) e Vanessa Sant'Anna (CRP 05/42894), e a palestra “Racis-

mo, Preconceito e Assédio nas Relações Laborais: Consequências na Cognição Social”, com participação da professora Diana de Oliveira.

Em julho, promovemos, em parceria com a UCP, uma semana de palestras com o tema “Psicologia e Controle Social”, abordando o panorama de atuação das (os) psicólogas (os) nas Políticas Públicas de Saúde, Assistência, Política sobre Drogas e Pessoa Idosa. As palestras foram ministradas pelas colaboradoras do CRP-RJ na região: Débora Müller (CRP 05/46269), Melina de Souza (CRP 05/46644), Simone Alves (CRP 05/50889) e Victoria Gutiérrez (CRP 05/20157).

Conferências

O CRP-RJ se fez presente ativamente na organização e participação como delegados na XIV Conferência Municipal de Saúde e na XI Conferência Municipal de Assistência Social, ambas em Petrópolis. Na Conferência de Assistência Social, o conselheiro Ismael Damas (CRP 05/42823) foi convidado a palestrar sobre o Eixo Temático “Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS”.

Para acompanhar a agenda de eventos e atividades do CRP-RJ na Região Serrana, acesse nosso site pelo link <www.crprj.org.br/site/category/regiao-serrana/> ou fique atento às publicações na página da Subsede da Região Serrana no Facebook.

Comissão Gestora: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823) – Conselheiro-presidente; Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893) – conselheira. Colaboradoras: Débora Esteves Müller (CRP 05/46269) e Victoria Antonieta Tápia Gutiérrez (CRP 05/20157). Estudante colaboradora voluntária: Francynne Andrade.

Contatos: (24) 2243-0834 / E-mail: subsedepetropolis@crprj.org.br / Facebook: CRP – Subsede Região Serrana. ●



SUBSEDE DO CRP-RJ NA BAIXADA AMPLIA AÇÕES E POTENCIALIZA A PSICOLOGIA NA REGIÃO

A Comissão Gestora do CRP-RJ na Baixada Fluminense promoveu e participou, entre março e julho, de importantes eventos na região sobre temas relevantes para a prática psi, contando com grande circulação de psicólogas (os), estudantes e movimentos sociais e sindicais.

Dia Internacional da Mulher

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, promovemos, em Nova Iguaçu, o III Seminário “Violências contra a mulher e Políticas Públicas”, em parceria com o Centro de Direitos Humanos, a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e a Casa de Cultura de Nova Iguaçu e com apoio do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro e o NIDH (Núcleo Integrado de Desenvolvimento Humano-NI).

Ainda dentro da agenda comemorativa do dia 8 de março, aconteceu, em Mesquita, a 24ª Rodas e Encontros com tema “Amoladores de faca na trincheira do feminino”, coordenado por Tiago Santos (CRP

05/47737), psicólogo, militante em HIV/AIDS e diversidade sexual.

Saúde Mental

Em maio, aconteceu a 25ª edição do “Rodas e Encontros” para debater o tema “Suicídio... E quando a morte é mais suave?” a partir da emergência do jogo “Baleia Azul”.

Tecendo redes nas universidades

Buscamos também ampliar nossa presença nas universidades da região por meio dos eventos “Tecendo Redes”. Em abril, o evento aconteceu no auditório da UNIABEU de Belford Roxo e, em junho, na Universidade Estácio de Sá de Nova Iguaçu.

Em ambos os eventos, após as palestras com o tema “Sistema Conselhos de Psicologia, Resoluções do CFP e Ações do CRP-RJ no Território”, realizadas respectivamente pelas conselheiras Mônica Sampaio (CRP 05/44523) e Viviane Martins (CRP 05/32170), houve a cerimônia de entrega das carteiras de identidade profissional às (aos) novas (os) psicólogas (os).

Assistência Social

Em maio, participamos da reunião aberta da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ (CPAS), presidida pela conselheira Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667). A reunião aconteceu na UNIGRANRIO de Duque de Caxias e fez parte da agenda de encontros regionais que a CPAS promove periodicamente desde 2015 com as (os) psicólogas (os) que atuam nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Contribuímos, ainda, na construção do Fórum da Assistência Social em Belford Roxo, nos Conselhos de Direitos das prefeituras da Baixada, no Fórum Grita Baixada, nos movimentos sociais e sindicais da região.

Mostra Regional de Práticas em Psicologia

Realizamos, em junho na UNIABEU, a 7ª edição da Pré-Mostra Regional de Práticas em Psicologia, como evento preparatório para a 11ª Mostra. A Pré-Mostra teve um total de 22 trabalhos inscritos por profissionais e estudantes da região.

As coberturas das atividades desenvolvidas pelo CRP-RJ na Baixada estão disponíveis em nosso site pelo link: <www.crprj.org.br/site/category/baixada/>.

Comissão Gestora: Mônica Valéria Afonso Sampaio (CRP 05/44523) – Conselheira-presidente; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – conselheira. Colaboradores: Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), Rogéria Thompson (CRP05/52415), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408) e Flavia Sena (CRP 05/52348). Estudantes colaboradores: Gabriela de A. Bráz dos Santos e Igor Soares do Nascimento.

Contato: subsedeni@crprj.org.br / (21) 2768-0007 / Facebook: Subsede Baixada CRP/RJ. ●

VEJA COMO É EMPREGADO O VALOR QUE VOCÊ PAGA DE ANUIDADE AO CRP-RJ

BALANÇO FINANCEIRO DO CRP-RJ DE 1º DE JANEIRO A 31 DE JULHO DE 2017

Vale a pena lembrar: conforme apresentado em edições anteriores, 25% do valor das anuidades pagas ao CRP-RJ é repassado para o Conselho Federal de Psicologia. Os 75% remanescentes se tornam receita para o CRP-RJ, receita essa destinada ao pagamento da folha salarial dos funcionários, às despesas correntes – como contratos de prestação de serviços vigentes, tributos e impostos – e às ações do CRP-RJ junto às (aos) psicólogas (os) e à sociedade. O valor da receita que venha a sobrar no fim do ano se torna o superávit financeiro. Esse superávit é investido em aplicação no Banco do Brasil (CDB) para ser utilizado em possíveis ações emergenciais e/ou de manutenção e expansão do CRP-RJ.

Iniciamos 2017 com R\$ 707.113 aplicados em CDB. No primeiro semestre deste ano, foram pagos ao CRP-RJ o valor de R\$ 9.824.343. Deste valor, R\$ 2.465.949 foram repassados ao CFP, nos deixando uma receita líquida de R\$ 7.358.395. Levando em consideração o valor de R\$ 707.113 procedente de superávit anteriores, a receita líquida do CRP-RJ no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2017 foi de R\$ 8.065.507.

Desse valor, R\$ 2.783.385 foram gastos com a folha de pagamento e

R\$ 2.853.620 com manutenção, obras, despesas correntes, impostos, contratos, ações de fiscalização e atividades do CRP-RJ voltadas à categoria e à sociedade, tais como a 11ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, as entregas itinerantes, em municípios do interior do estado,



de Carteira de Identidade Profissional às (aos) profissionais novas (os) inscritas (os) e as rodas de conversa e eventos promovidos na sede e sub-sedes do CRP-RJ e nas demais regiões do estado.

Assim, começamos o segundo semestre de 2017 com o saldo de R\$ 2.428.502.

Lembre-se: Para que você possa manter as suas atividades profissionais e/ou de sua empresa, regularizadas e legalizadas, é preciso estar em dia com as anuidades do CRP. Caso você esteja irregular, com alguma anuidade ou parcela atrasada, procure o Setor de Atendimento na sede ou em qualquer subsede do CRP-RJ ou envie e-mail

para cobranca@crprj.org.br para quitar ou negociar sua(s) dívida(s).

Informações importantes

Recobrança das anuidades de 2017

Para aqueles que ainda não efetuaram o pagamento da anuidade deste ano, um novo boleto de cobrança já foi enviado via Correios. Caso você não tenha recebido ainda, entre em contato com o Setor de Atendimento na sede ou em qualquer subsede do CRP-RJ ou envie e-mail para cobranca@crprj.org.br.

Campanha de anistia de juros e multas de dívidas anteriores a 2015

O CRP-RJ lançou uma campanha de regularização de débitos que anistia as (os) psicólogas (os) de juros e multas das anuidades em aberto até o ano de 2015. A campanha tem vigência até 15 de dezembro de 2017. As (os) profissionais interessadas (os), portanto, devem procurar o CRP-RJ até essa data para aderir.

O boleto da 1ª parcela será emitido com vencimento para três dias a partir da data de renegociação. E o vencimento da última parcela deve ser até a data de encerramento da campanha. Por isso, quanto mais cedo você procurar o CRP-RJ para renegociar sua dívida, melhores condições de parcelamento você obterá.

Para saber mais ou para aderir à campanha, basta enviar um e-mail para cobranca@crprj.org.br ou comparecer na sede ou em qualquer subsede do CRP-RJ.

Não perca essa oportunidade! Aproveite essas condições especiais e fique em dia com seu Conselho Profissional! ●



PSICOLOGIA E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

“O CRPRJ e sua Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) acolhem e afirmam as multiplicidades, as singularidades e as diversidades - incluindo a DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, em consonância com o Código de Ética do Psicólogo e com a Resolução CFP 001/99, que declaram: “as(os) psicólogas(os) basearão o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano”, devendo “contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações”.



CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

www.crprj.org.br



[/crprj](https://www.facebook.com/crprj)

 [/realcrprj](https://www.youtube.com/realcrprj)

 [/crprj](https://twitter.com/crprj)

DATAS COMEMORATIVAS

#29JANEIRO_VISIBILIDADETRANS

#17MAIO_COMBATELGBTIFOBIA

#28JUNHO_ORGULHOLGBTI

#29AGOSTO_VISIBILIDADELESBICA